



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

CADERNO ODS

Departamento de Economia e Estatística

ODS 4

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



**Educação de qualidade e promoção de
aprendizagem ao longo da vida:**

ODS 4 no Rio Grande do Sul

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Sociais: Mariana Lisboa Pessoa

Educação de qualidade e promoção de aprendizagem ao longo da vida: ODS 4 no Rio Grande do Sul

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEE-SPGG)

Pesquisador: Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior

Porto Alegre
Novembro de 2024

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar,

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise de Políticas Sociais: Mariana Lisboa Pessoa

Revisão Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho (SPGG/DEE) e Secretaria da Educação do RS

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48e Oliveira Júnior, Ricardo César Gadelha de.
Educação de qualidade e promoção de aprendizagem ao longo da vida : ODS 4 no Rio Grande do Sul / Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior. - Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024.
40 p. : il.

(Cadernos ODS).

1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). 2. Educação de qualidade – Rio Grande do Sul. I. Título. II. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 37:330.34

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer - CRB 10/2016

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
APRESENTAÇÃO	6
META 4.1 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS COMPLETEM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO GRATUITO, EQUITATIVO E DE QUALIDADE, QUE CONDUZA A RESULTADOS DE APRENDIZAGEM RELEVANTES E EFICAZES	8
META 4.2 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS TENHAM ACESSO A UM DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA, CUIDADOS E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DE MODO QUE ELES ESTEJAM PRONTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO	17
META 4.3 - ATÉ 2030, ASSEGURAR A IGUALDADE DE ACESSO PARA TODOS OS HOMENS E MULHERES À EDUCAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR DE QUALIDADE, A PREÇOS ACESSÍVEIS, INCLUINDO UNIVERSIDADE	23
META 4.4 - ATÉ 2030, AUMENTAR SUBSTANCIALMENTE O NÚMERO DE JOVENS E ADULTOS QUE TENHAM HABILIDADES RELEVANTES, INCLUSIVE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E PROFISSIONAIS, PARA EMPREGO, TRABALHO DECENTE E EMPREENDEDORISMO	26
META 4.5 - ATÉ 2030, ELIMINAR AS DISPARIDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO E GARANTIR A IGUALDADE DE ACESSO A TODOS OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS MAIS VULNERÁVEIS, INCLUINDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POVOS INDÍGENAS E AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	28
META 4.6 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS JOVENS E UMA SUBSTANCIAL PROPORÇÃO DOS ADULTOS, HOMENS E MULHERES ESTEJAM ALFABETIZADOS E TENHAM ADQUIRIDO O CONHECIMENTO BÁSICO DE MATEMÁTICA	29
META 4.7 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS ALUNOS ADQUIRAM CONHECIMENTOS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVE, ENTRE OUTROS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA, CIDADANIA GLOBAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	32
META 4.A - CONSTRUIR E MELHORAR INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO, APROPRIADAS PARA CRIANÇAS E SENSÍVEIS ÀS DEFICIÊNCIAS E AO GÊNERO, E QUE PROPORCIONEM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SEGUROS E NÃO VIOLENTOS, INCLUSIVOS E EFICAZES PARA TODOS	33
META 4.B - ATÉ 2020, SUBSTANCIALMENTE AMPLIAR GLOBALMENTE O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, EM PARTICULAR OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS, PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO E OS PAÍSES AFRICANOS, PARA O ENSINO SUPERIOR, INCLUINDO PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, TÉCNICOS, DE ENGENHARIA E PROGRAMAS CIENTÍFICOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E OUTROS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	35
META 4.C - ATÉ 2030, SUBSTANCIALMENTE AUMENTAR O CONTINGENTE DE PROFESSORES QUALIFICADOS, INCLUSIVE POR MEIO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, ESPECIALMENTE OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este texto tem o objetivo de avaliar como estão as condições do Estado do Rio Grande do Sul na busca do cumprimento das metas estabelecidas para a educação pela Organização das Nações Unidas (ONU). São comparados os dados dos anos de 2015 a 2023 (quando disponíveis) em diversos aspectos, incluindo: educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional e tecnológica, ensino superior, habilidades técnicas e profissionais, igualdade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade, alfabetização e conhecimento básico de matemática para jovens e adultos, promoção de desenvolvimento sustentável, direitos humanos e cidadania, condições das instalações físicas, da acessibilidade e da qualificação dos professores.

Entre os jovens de 16 anos, que devem estar cursando o ensino médio, observa-se uma redução nas taxas de jovens fora da escola. Daqueles que ainda estavam cursando o ensino fundamental, os alunos brancos apresentaram as maiores taxas de matrícula e os menores índices de distorção idade-série, ou seja, estavam com dois ou mais anos de atraso escolar. A análise por sexo revelou que os meninos apresentaram maiores percentuais de distorção idade-série. Entre os quartis de renda, ficou evidenciado que, quanto maior a renda, menor o percentual de distorção idade-série e de abandono dos estudos.

Já entre os jovens de 19 anos, observa-se que foram mantidas, ao longo do tempo considerado, as taxas de estudantes matriculados no ensino médio, e assim em situação de distorção idade-série, e no ensino superior. Além disso, um maior percentual de mulheres esteve matriculado no ensino superior. Outro fator importante para cursar esse nível de ensino foi a renda familiar *per capita*: quanto mais elevada, maior o percentual de matrícula no ensino superior.

Os percentuais de alunos do nono ano do ensino fundamental que atingiram a classificação de aprendizagem satisfatória foram maiores no Rio Grande do Sul do que no Brasil. No entanto, no Estado, esses alunos representaram menos da metade dos que realizaram as provas ao longo do tempo considerado. Os alunos tiveram maiores percentuais de aprendizagem satisfatória em matemática, enquanto as alunas obtiveram melhores resultados em língua portuguesa. Em ambas as disciplinas, os maiores percentuais foram registrados entre os estudantes brancos e aqueles com Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) mais elevados. As diferenças entre as áreas rurais e urbanas foram favoráveis às últimas, embora essa vantagem seja menos acentuada no Rio Grande do Sul, em comparação com o Brasil.

Após o período da pandemia de COVID-19, o ano de 2022 marcou o início da recuperação do número de matrículas na educação infantil, tanto nas creches como nas pré-escolas. A frequência de crianças de zero a três anos aumentou, quando se comparam o ano inicial (2016) e o final (2023) da série histórica de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), alcançando 44% das crianças do RS. Entre os diferentes quartis de renda, repete-se o padrão encontrado em outros níveis de ensino: quanto maior a renda, maior a frequência em creches e pré-escolas.

No ensino profissional e tecnológico (EPT), as matrículas cresceram 20% no Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2023, comparado a um aumento de 25% no Brasil. Em ambos os contextos, também ocorreu o aumento da participação feminina nessa modalidade de ensino, chegando a 60% no RS, em 2023. Além disso, a proporção de alunos não brancos aumentou, sendo um fenômeno mais acentuado no Estado do que na média nacional. No ensino superior, também se observa um aumento na participação feminina, atingindo 60% no Rio Grande do Sul em 2023.

As taxas de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais são menores no RS do que no Brasil, e não há diferenças significativas entre os sexos. Em duas faixas etárias específicas — de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos —, as mulheres apresentaram menores percentuais de pessoas que não sabem ler nem escrever.

Entre os alunos do terceiro ano do ensino médio, a proporção de estudantes que atingiram o conhecimento básico em matemática é maior no RS do que no Brasil. No entanto, no ano de melhor desempenho dos estudantes gaúchos, 2019, apenas metade deles foi classificada nesse nível. Da mesma forma que entre o corpo discente do nono ano do ensino fundamental, os meninos no RS, na última edição do SAEB, em 2021, tiveram melhor

desempenho em matemática do que as meninas: 50% deles atingiram o nível de conhecimento básico, enquanto apenas 44% das meninas alcançaram esse nível.

Em relação à infraestrutura das escolas, de forma geral, o RS apresenta melhores condições que o Brasil em alguns aspectos: mais escolas, proporcionalmente, com itens de acessibilidade, embora os percentuais de escolas com alguns itens, como elevadores, piso tátil, sinais sonoro, tátil e visual, ainda sejam bem baixos. O RS apresentou uma melhora significativa no que se refere às instituições sem água potável, diminuindo de 23% em 2019 para 3% em 2023, assim como nos percentuais de escolas que oferecem dispositivos eletrônicos para as atividades pedagógicas, como *internet*, *desktops*, *tablets* e *notebooks*. Ademais, o Estado registrou maiores percentuais de escolas que utilizam materiais pedagógicos que abordam as populações indígenas e as relações étnico-raciais.

No período considerado, houve uma diminuição dos professores sem diplomas em todos os níveis da educação básica no RS. Em 2023, o RS apresentou percentuais maiores desse fenômeno que o Brasil somente na educação infantil. Nos demais níveis de ensino, o Estado do Rio Grande do Sul apresentou menos professores que o Brasil, proporcionalmente, sem curso superior. Enquanto, no Brasil, os índices das áreas rurais são mais elevados que os das urbanas, estes são mais aproximados no RS, sendo até menores no ensino infantil.

APRESENTAÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) foram propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, como uma agenda de desenvolvimento para os países signatários, com o intuito de erradicar a pobreza, a miséria e a fome, promover a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. Consistem em um conjunto abrangente de 17 objetivos e 169 metas que o Brasil, junto aos outros 192 Estados-membros da ONU, se comprometeu, em 2015, a atingir até 2030. Os ODSs devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais. Seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários outros.

Figura 1



Fonte: ONU (2015a).

Embora várias das metas estabelecidas não sejam competência dos governos subnacionais, há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que elas sejam cumpridas no prazo estabelecido. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coordenou o desenvolvimento de uma série de indicadores para possibilitar o acompanhamento periódico das metas e submetas dos ODS nos níveis nacional e regional, adaptando-as à realidade brasileira e à disponibilidade de dados. Dessa forma, usam-se, neste monitoramento, as metas e os indicadores adaptados pelo IPEA sempre que não for possível usar as metas e os indicadores globais elaborados pela ONU.

Nesse contexto, o Departamento de Economia e Estatística (DEE), da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Rio Grande do Sul criou a publicação *Cadernos ODS*, cujo objetivo é analisar os indicadores de acompanhamento anual — sempre que houver base de dados atualizada disponível — das metas dos ODSs, para o Rio Grande do Sul, em comparação com o Brasil em seu conjunto e com as demais unidades da Federação (UFs).

O **ODS 4 - Educação de Qualidade** consiste em “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A ONU define metas para a consecução de cada um dos objetivos, e as descritas no Box 1 são as estabelecidas para a educação.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade

Objetivo 4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

Meta 4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

Meta 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Meta 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

Meta 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

Meta 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Meta 4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

Meta 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Fonte: ONU (2015b).

As metas estabelecidas para cada uma das áreas temáticas devem servir de orientação para as políticas públicas nacionais e regionais. Dessa forma, seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários aspectos sociais, ambientais, urbanos e da saúde.

Neste estudo, apresentam-se dados relativos à situação do ODS 4 no Rio Grande do Sul, traçando alguns comparativos com a realidade nacional e dos outros estados da Região Sul. Mais especificamente, verificam-se os quadros da educação infantil, dos ensinos fundamental, médio e superior, das habilidades técnicas e profissionais, da igualdade de gênero e da inclusão de pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade, assim como a condição da alfabetização de jovens e adultos, juntamente com conhecimento básico de matemática, além da ocorrência de promoção do desenvolvimento sustentável, de direitos humanos e cidadania. Por fim, as metas relativas às instalações físicas, aos ambientes seguros nas escolas e à qualificação dos professores são examinadas. O intuito da análise desses dados é subsidiar a decisão dos gestores no planejamento e na implementação de suas iniciativas.

META 4.1 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS COMPLETEM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO GRATUITO, EQUITATIVO E DE QUALIDADE, QUE CONDUZA A RESULTADOS DE APRENDIZAGEM RELEVANTES E EFICAZES

Adaptação da meta 4.1 para o Brasil

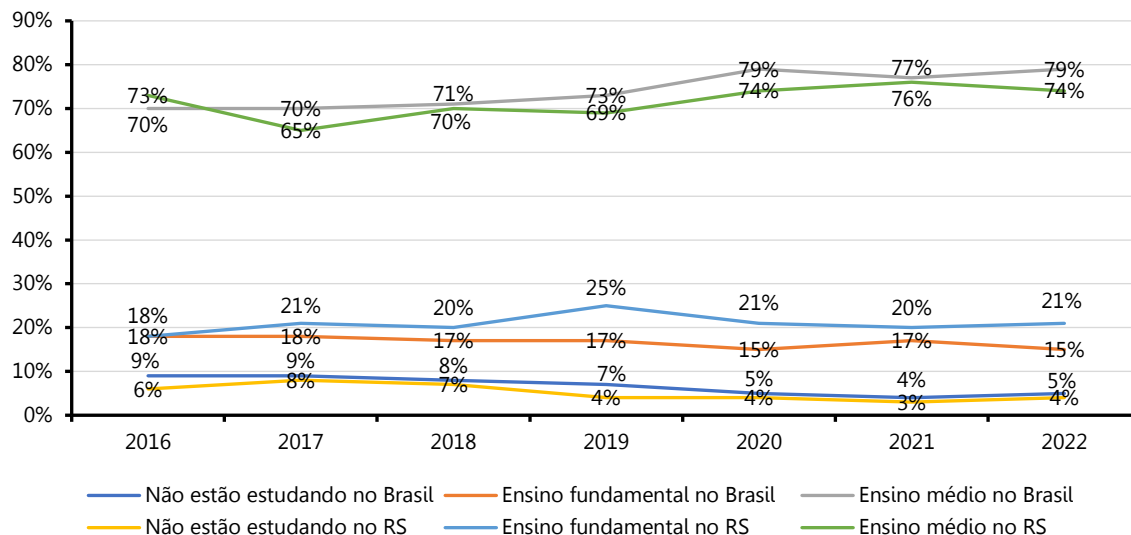
Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

O IPEA fez a alteração dessa meta levando em consideração a obrigatoriedade, no Brasil, do ensino para crianças e adolescentes de quatro a 17 anos. Nesse intervalo, a legislação brasileira considera adequadas as seguintes faixas etárias: de seis a 14 anos, para o ensino fundamental, e de 15 a 17 anos, para o ensino médio. Por fim, também foi incluída a referência à educação gratuita na rede pública, para reiterar a ampliação constitucional da obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos.

Aqui serão consideradas as escolaridades dos jovens de 16 e 19 anos. Entre os primeiros, houve diminuição, desde 2016, da parcela relativa dos que não estavam estudando, no Brasil e no Rio Grande do Sul. No RS, houve elevação do percentual dos que estavam cursando o ensino médio, em 1 p.p., e também dos que frequentavam o ensino fundamental, em 3 p.p. No Brasil, por outro lado, houve diminuição dos estudantes do ensino fundamental e aumento no ensino médio¹. Nas tabelas e nos gráficos deste texto, os percentuais podem não alcançar os 100%, pois nem todos os níveis de ensino são aqui considerados em cada uma delas.

Gráfico 1

Nível de ensino que jovens de 16 anos estavam frequentando no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22



Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

¹ A fonte dos dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Salienta-se que seus dados devem ser lidos com cautela, pois variam bastante ao longo da série histórica, como será visto ao longo do texto. Apesar da aplicação das ponderações recomendadas pela PNAD Contínua, as variações anuais permanecem significativas em determinadas desagregações. Isso pode ser atribuído ao tamanho reduzido da amostra em subgrupos específicos, como, por exemplo, a de meninos de 16 anos no Rio Grande do Sul, que, sem a ponderação, apresenta uma população participante da PNAD Contínua, em 2022, de apenas 161 indivíduos. Ou, a população total de jovens pretos de 19 anos no RS, que, sem a ponderação, é somente de 23 indivíduos.

Quando comparados esses dados entre os sexos, tanto no Brasil como no RS, nota-se que maiores percentuais de meninos de 16 anos, em comparação às meninas, estavam matriculados no ensino fundamental, e, conseqüentemente, menores no ensino médio, o que representa que eles tiveram maiores índices de distorção idade-série. Além disso, no Brasil e no RS, meninos e meninas, ao final da série histórica considerada, tiveram mais acesso à escolarização, tendo em vista a diminuição dos percentuais dos que não estavam matriculados em qualquer nível de ensino.

Tabela 1

Comparação do nível de ensino que meninos e meninas de 16 anos estavam frequentando no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

a) Brasil

NÍVEL DE ENSINO	FEMININO							MASCULINO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	8	9	8	7	5	5	5	9	9	9	7	5	4	4
Ensino fundamental ...	14	13	13	13	12	13	12	22	22	21	21	19	21	19
Ensino médio	75	75	77	78	83	81	83	65	65	66	68	75	74	75

b) Rio Grande do Sul

NÍVEL DE ENSINO	FEMININO							MASCULINO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	6	9	6	4	5	3	5	6	7	7	4	3	2	3
Ensino fundamental ...	13	17	14	20	18	21	18	23	24	25	30	23	20	23
Ensino médio	78	70	80	73	77	73	77	67	61	62	64	72	78	72

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Os percentuais de jovens de 16 anos que não frequentavam a escola foram superiores entre os não brancos, tanto para o Brasil como para o Rio Grande do Sul. No entanto, a diferença, ao final da série histórica, continuou um pouco mais elevada no estado gaúcho do que no Brasil. Assim como aconteceu com os meninos, como relatado acima, os não brancos possuíam maiores percentuais de matriculados no ensino fundamental e menores no ensino médio, o que, novamente, indica maiores índices de distorção idade-série.

Tabela 2

Comparação do nível de ensino que brancos e não brancos de 16 anos estavam frequentando no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

a) Brasil

NÍVEL DE ENSINO	BRANCOS							NÃO BRANCOS						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	7	7	7	5	4	3	4	10	10	9	8	6	5	6
Ensino fundamental	13	12	12	11	12	12	12	22	21	21	20	18	20	18
Ensino médio	77	79	79	82	84	83	84	65	65	67	68	76	74	76

b) Rio Grande do Sul

NÍVEL DE ENSINO	BRANCOS							NÃO BRANCOS						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	5	6	5	2	2	2	2	8	14	11	12	8	4	8
Ensino fundamental	17	16	15	20	20	18	20	23	37	35	39	21	28	21
Ensino médio	74	74	77	76	76	79	76	69	39	50	45	69	67	69

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Já quando se comparam os percentuais relativos à localização dos domicílios dos jovens, em áreas urbanas ou rurais, os dados foram mais favoráveis aos que moram nas primeiras: menores taxas de não estudando e de matriculados no ensino fundamental e maiores de matriculados no ensino médio. No RS, no entanto, essas diferenças foram menos acentuadas.

Tabela 3

Comparação do nível de ensino que moradores de 16 anos das áreas urbanas e rurais estavam frequentando no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

a) Brasil

NÍVEL DE ENSINO	URBANA							RURAL						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	7	7	7	5	4	4	4	10	10	9	8	6	6	8
Ensino fundamental	13	12	12	11	12	15	14	22	21	21	20	18	26	22
Ensino médio	77	79	79	82	84	79	80	65	65	67	68	76	67	69

b) Rio Grande do Sul

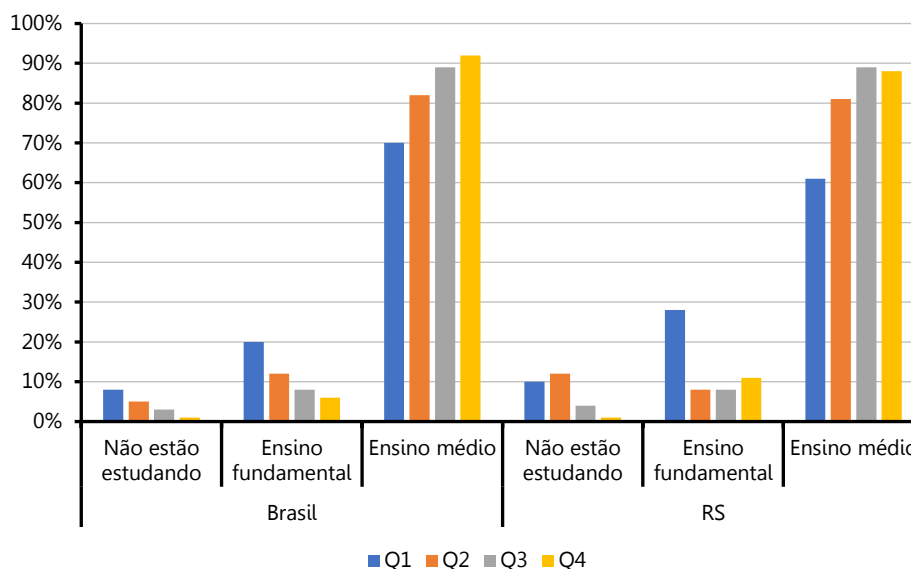
NÍVEL DE ENSINO	URBANA							RURAL						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	5	6	5	2	2	1	4	8	14	11	12	8	9	3
Ensino fundamental	17	16	15	20	20	21	21	20	19	6	24	19	16	19
Ensino médio	74	74	77	76	76	76	74	62	71	84	72	78	75	78

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Separando os alunos em quartis de renda *per capita* domiciliar, percebe-se que, em termos gerais, no Brasil e no RS, em relação aos de 16 anos, quanto maior era a renda, menor era o percentual de alunos em situação de distorção idade-série, ou seja, que ainda estavam frequentando o ensino fundamental. Além disso, menores também foram os percentuais dos que não estavam estudando.

Gráfico 2

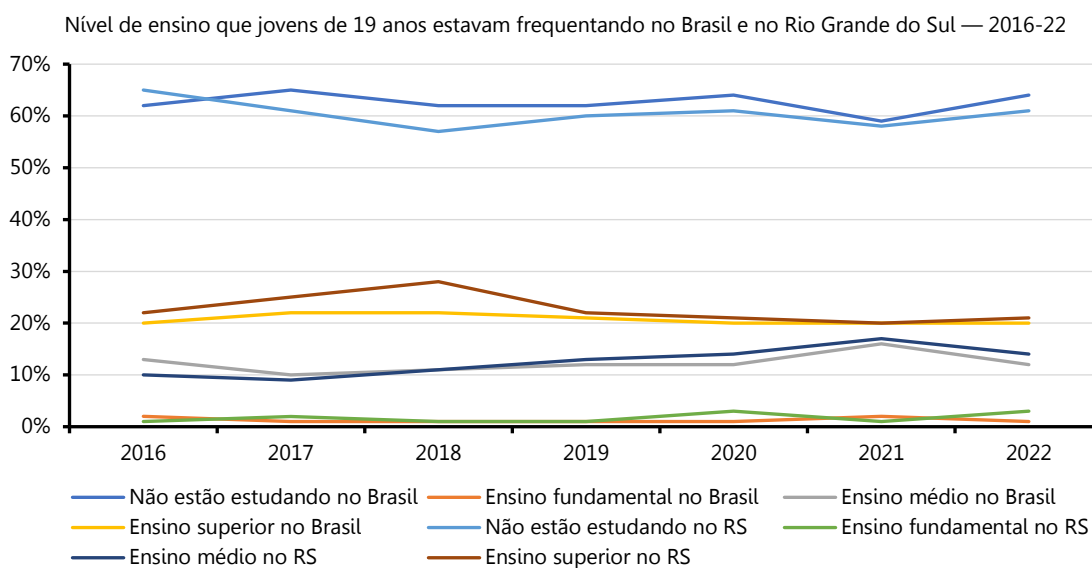
Nível de ensino, por quartis de renda, que jovens de 16 anos estavam frequentando no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2023



Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Quando são comparados os percentuais de jovens de 19 anos referentes a cada um dos níveis de ensino em que estavam matriculados, há pouca mudança ao longo da série histórica considerada (2016-22). As maiores diferenças ocorreram, no RS, entre os que não estavam estudando (redução de 4 p.p.) e entre os que estavam cursando o ensino médio (aumento de 4 p.p.).

Gráfico 3



A comparação a partir dos sexos dos estudantes de 19 anos mostra que, no Brasil e no RS, os homens, ao longo da série histórica, apresentaram maiores índices dos que não estiveram estudando. Essa diferença entre homens e mulheres foi ainda mais acentuada no estado gaúcho, pois refletiu-se nas taxas de estudantes do ensino superior, sendo os percentuais de mulheres que o frequentavam maiores que os dos homens.

Tabela 4

Comparação do nível de ensino que jovens de 19 anos, por sexo, estavam frequentando no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

a) Brasil

NÍVEL DE ENSINO	FEMININO							MASCULINO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	61	63	60	62	63	58	63	63	63	64	63	66	61	66
Ensino fundamental	2	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2
Ensino médio	12	11	10	10	10	14	10	14	14	12	14	14	19	14
Ensino superior	23	22	26	25	24	24	24	17	17	18	18	16	15	16

b) Rio Grande do Sul

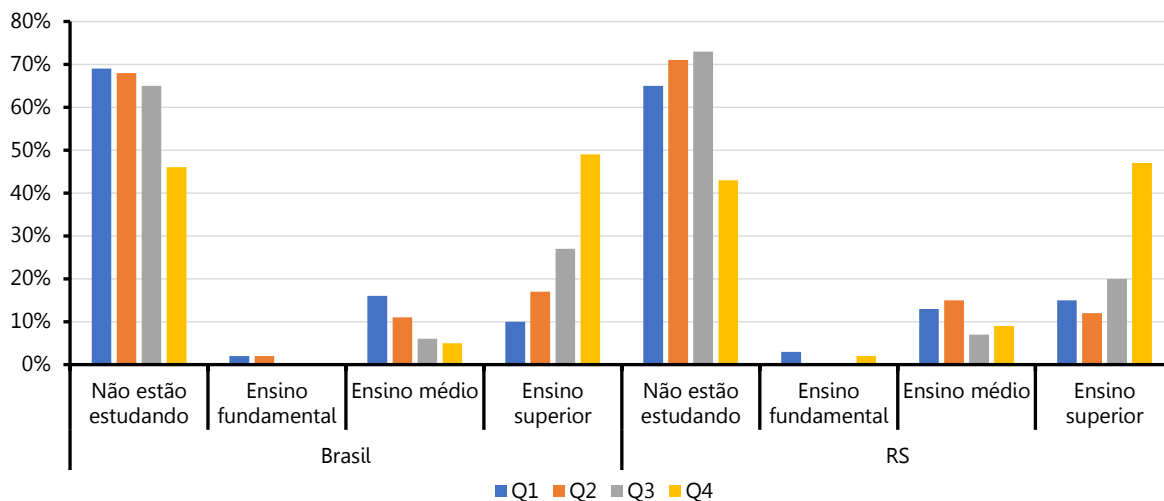
NÍVEL DE ENSINO	FEMININO							MASCULINO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Não estão estudando	60	59	53	59	56	53	66	69	64	62	62	66	64	56
Ensino fundamental	0	2	1	2	5	0	1	1	1	1	1	1	2	5
Ensino médio	12	9	12	13	13	15	16	8	9	9	14	16	19	13
Ensino superior	27	28	30	23	25	29	17	18	21	26	22	17	10	25

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Da mesma forma, quanto maior era a renda por membro do domicílio, maior era o percentual de jovens de 19 anos que estavam frequentando o curso superior e menor o percentual dos que ainda estavam frequentando a educação básica ou que não estavam mais estudando.

Gráfico 4

Nível de ensino, por quartis de renda, que jovens de 19 anos estavam frequentando no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2023



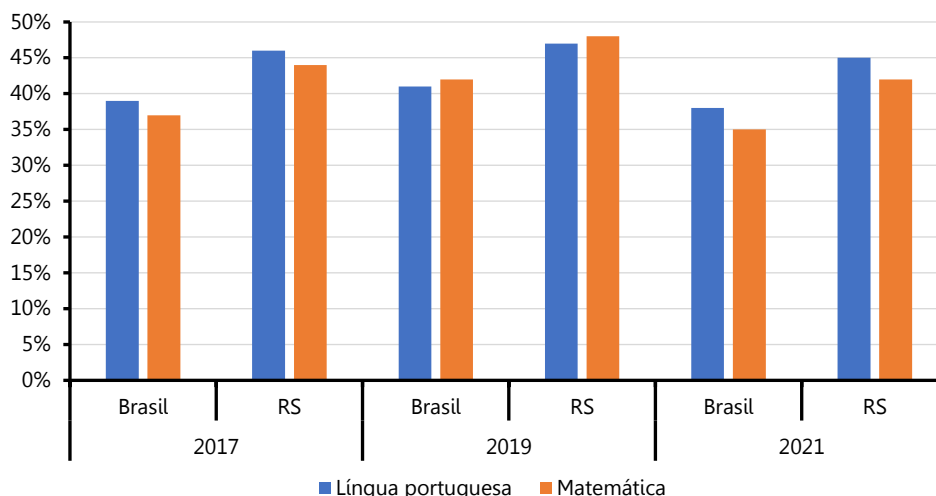
Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Portanto, o acesso à educação, a manutenção de um fluxo educacional regular, a continuidade nos estudos e a possibilidade de frequentar o ensino superior mostraram-se fortemente influenciados pela renda domiciliar *per capita* dos alunos.

A partir dos desempenhos dos alunos do nono ano do ensino fundamental nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) classifica-os em nove níveis (do 0 ao 8) em língua portuguesa e em 10 (do 0 ao 9) em matemática. Levando em conta essa classificação, o IPEA considera que os alunos ranqueados a partir do nível 4 em ambas as disciplinas são considerados como tendo um aprendizado satisfatório.

Em todos os anos, e em ambas as disciplinas, o RS atingiu maiores percentuais de alunos com aprendizagem satisfatória que o Brasil. No entanto, em nenhum dos três anos da série histórica, o estado gaúcho alcançou a metade de seus estudantes nessa classificação, sendo os maiores percentuais em ambas as disciplinas atingidos em 2019², 47% em língua portuguesa e 48% em matemática.

Gráfico 5
Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em língua portuguesa e matemática no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2017-2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

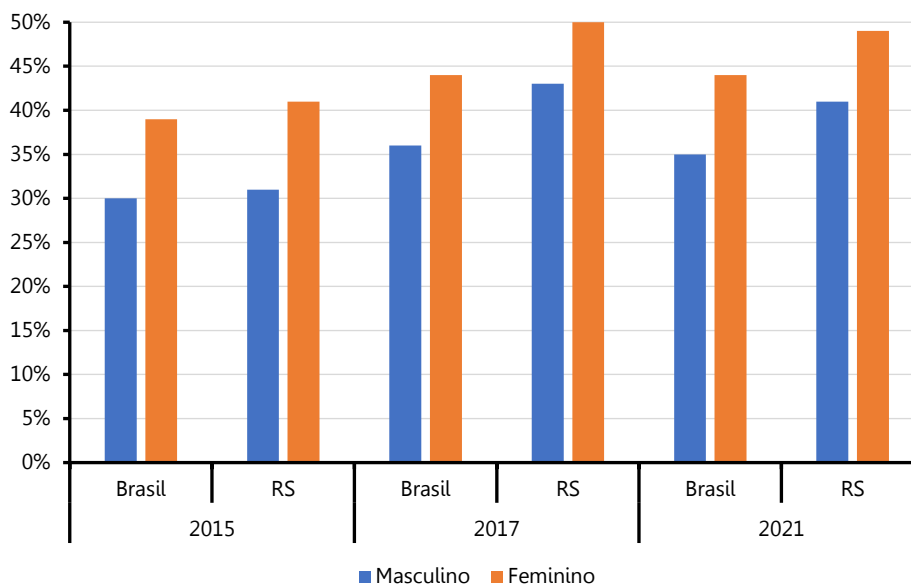
² Como já destacado na versão anterior deste caderno (Oliveira Júnior; Oliveira, 2023), a piora de diversos indicadores educacionais após o ano de 2020 teve como causa a pandemia de COVID-19, que forçou o fechamento das escolas e a paralisação de atividades presenciais.

A desagregação dos dados por sexo, raça/cor e localidade das escolas (em áreas rurais e urbanas) também mostrou que, de forma geral, os percentuais do RS foram melhores que os do Brasil. No entanto, da mesma forma que para os dados agregados, os percentuais de alunos com aprendizagem satisfatória foram baixos, e somente em poucos casos os valores foram maiores que 50%.

A comparação dos percentuais entre os sexos mostra que, tanto para o Brasil como para o RS, mais mulheres, proporcionalmente, alcançaram o nível de aprendizagem satisfatória em língua portuguesa, enquanto o mesmo se deu com os homens em matemática. Há que se apontar que, em 2019, foi retirada a pergunta a respeito do sexo do questionário socioeconômico do SAEB aplicado aos alunos.

Gráfico 6

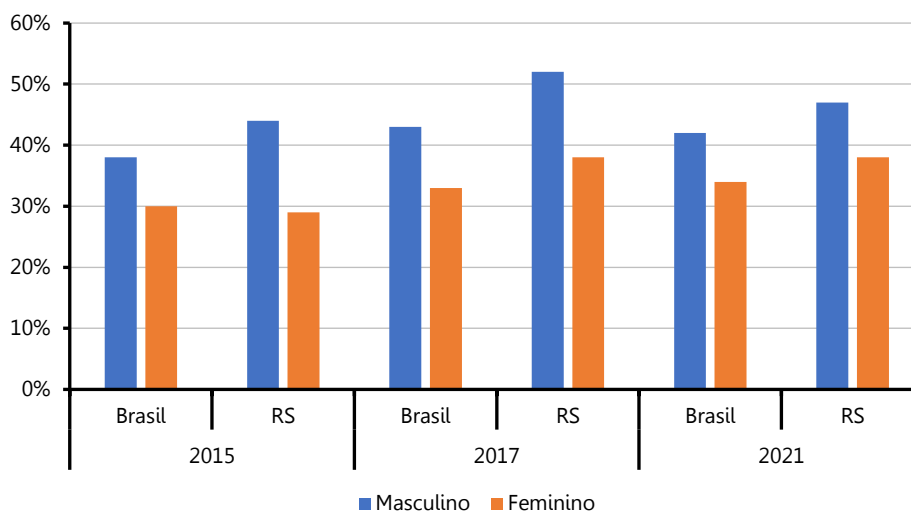
Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em língua portuguesa, por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

Gráfico 7

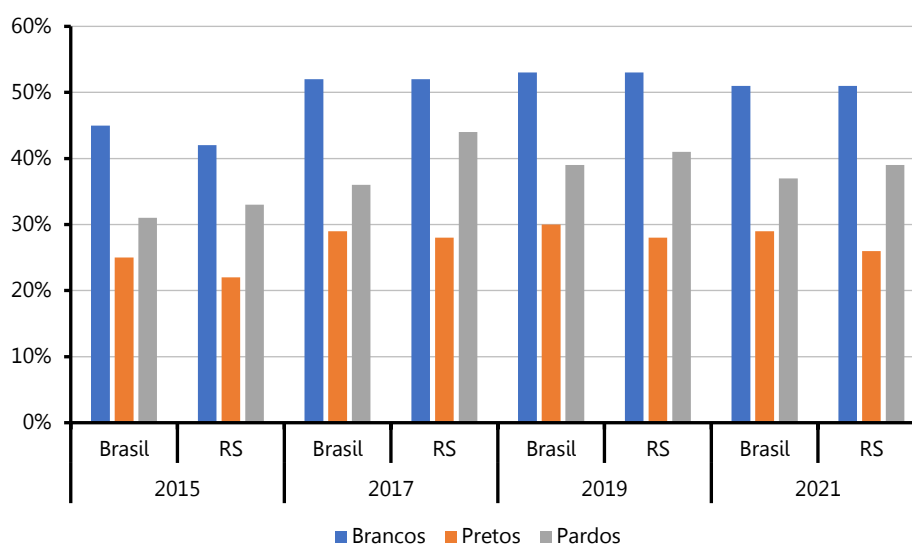
Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em matemática, por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

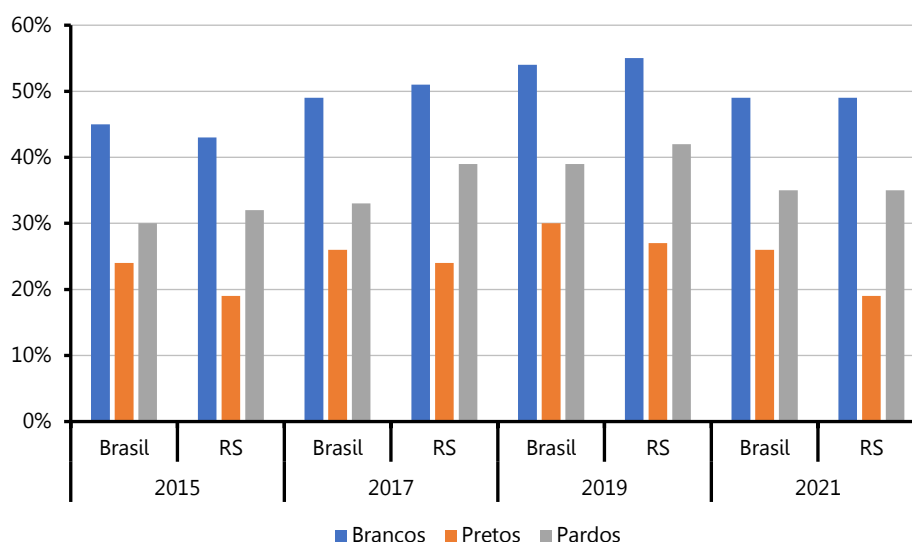
Os alunos brancos atingiram maiores percentuais de classificados com aprendizagem satisfatória em ambas as disciplinas, tanto no RS como no Brasil. Ademais, nos dois recortes territoriais, os percentuais de alunos brancos nessa classificação foram semelhantes, o que não ocorreu entre os alunos que se classificaram como pretos e pardos: os primeiros tiveram maiores percentuais de aprendizagem satisfatória no Brasil, enquanto os segundos no RS.

Gráfico 8
 Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em língua portuguesa, por raça/cor, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

Gráfico 9
 Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em matemática, por raça/cor, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021

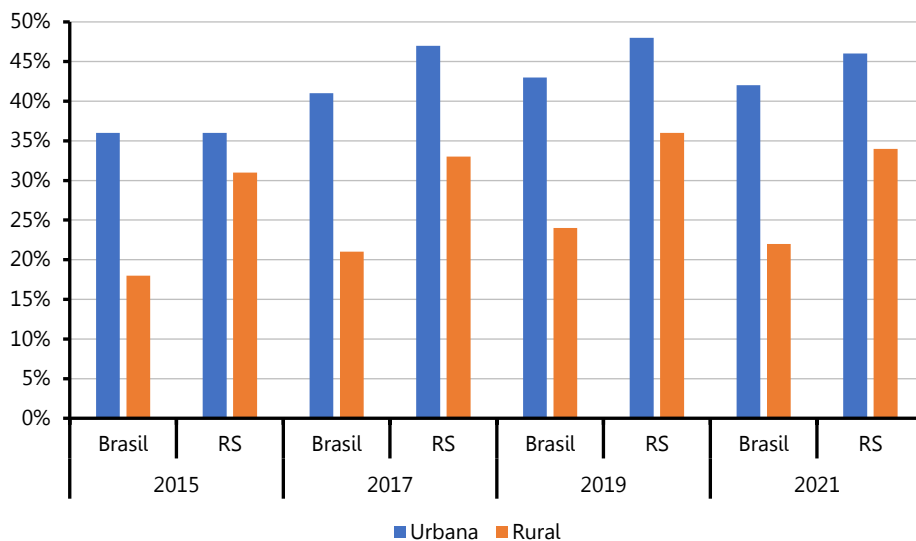


Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

A comparação entre os alunos que estudavam em áreas rurais e os de áreas urbanas mostrou que, nas últimas, o desempenho dos estudantes foi superior. No entanto, ao se comparar as áreas rurais do Brasil às do RS, as do estado gaúcho apresentaram maiores percentuais de alunos em condição de aprendizagem satisfatória.

Gráfico 10

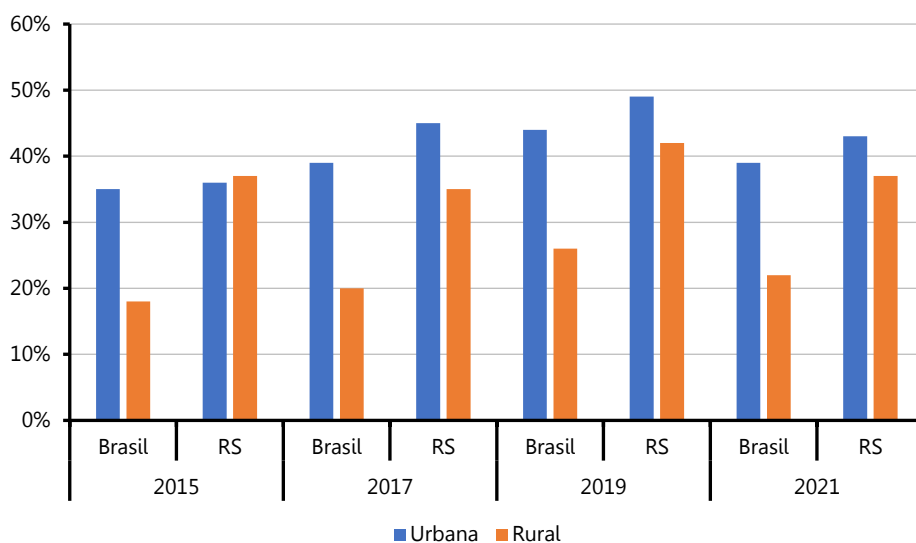
Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em língua portuguesa, por localização do domicílio, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

Gráfico 11

Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em matemática, por localização do domicílio, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

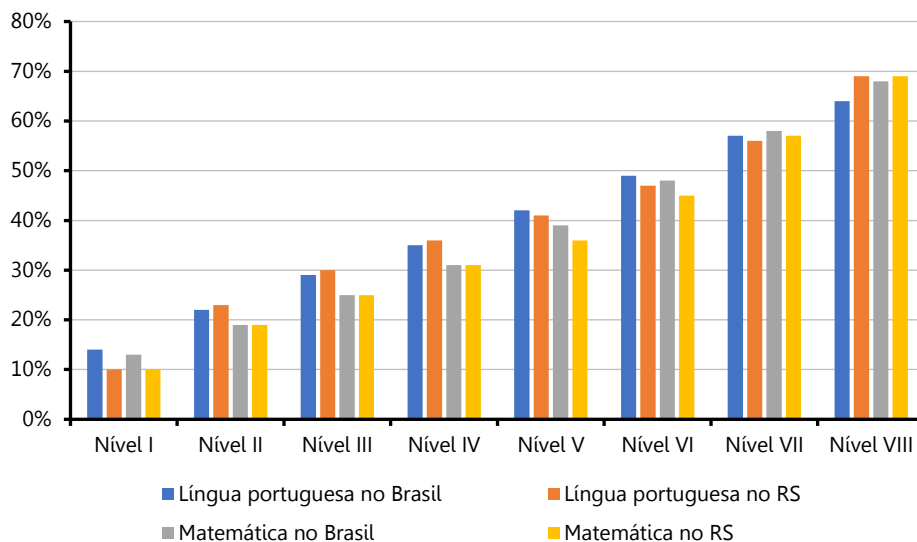
Por fim, para o SAEB de 2021, o INEP criou o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) para os alunos, construído a partir de diversas características deles, de suas famílias e residências: nível de escolaridade de pais e mães; posse de eletrodomésticos e veículos; características dos domicílios; e acesso a tecnologias como *internet*, *smartphone* e *Smart TV*. A partir desses itens, os respondentes são classificados em oito níveis, do I ao VIII, representando melhores condições de vida à medida que se elevam na escala.

O desempenho dos alunos, como demonstrado no Gráfico 12, esteve relacionado aos níveis em que os alunos foram classificados. Ou seja, quanto maior o nível do INSE, maior o percentual de alunos classificados em situação de aprendizagem satisfatória. A variação entre o nível I e o VIII, nas duas disciplinas e nas duas áreas geo-

gráficas em consideração, é de, em média, 55 pontos percentuais. Como o indicador só foi criado para a edição de 2021 do SAEB, não há como estabelecer uma comparação histórica de tais dados.

Gráfico 12

Percentual de alunos do nono ano do ensino fundamental com aprendizagem satisfatória em língua portuguesa e matemática, segundo o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

META 4.2 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS TENHAM ACESSO A UM DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA, CUIDADOS E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DE MODO QUE ELES ESTEJAM PRONTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO

Adaptação da meta 4.2 para o Brasil

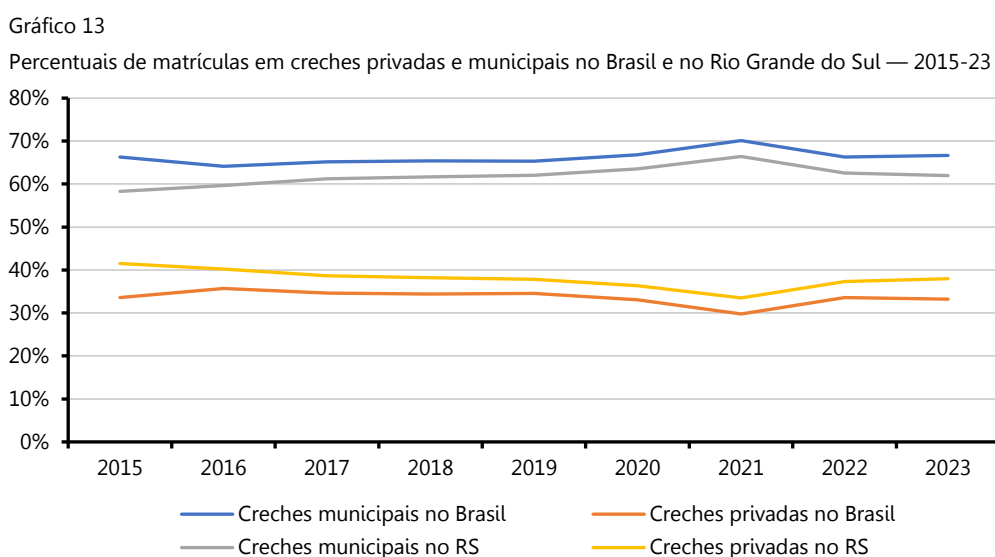
Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

Para a realidade brasileira, o IPEA redigiu a meta 4.2 de modo que se adaptasse às especificidades do atendimento à primeira infância no Brasil, que é realizado em creches para crianças de zero a três anos e em pré-escolas para a faixa etária dos quatro a cinco anos.

O número absoluto de matrículas na educação infantil, no Rio Grande do Sul, tanto na creche quanto na pré-escola, apresentou crescimento constante entre os anos de 2015 e 2019, chegando a pouco mais de 458 mil matrículas nas duas modalidades. No entanto, em 2020 e 2021, esse número sofreu decréscimos, com relação aos anos anteriores: 2,6% de 2019 para 2020 e 6,9% de 2020 para 2021, recuando para pouco mais de 415 mil alunos. O padrão repete-se ao se verificarem especificamente as duas modalidades de ensino. Enquanto, nesses dois anos, o número de matrículas em creches caiu 5,3% em 2020 e 8,1% em 2021, na pré-escola os decréscimos foram de 0,5% e 6% respectivamente. No entanto, a partir de 2022, ocorreu recuperação do número de matrículas nas duas modalidades de ensino, chegando a pouco mais de 466 mil alunos no total do Estado em 2023.

Quase 100% das matrículas nas creches do Estado são em instituições das redes municipal ou privada³. Se, em 2015, as matrículas em creches municipais correspondiam a 58% do total, em 2021 esse percentual chegou a 66%, quando houve nova redução desde então, atingindo, em 2023, o percentual de 62% do total do Estado. Por consequência, desde 2022, tem ocorrido o aumento da participação das matrículas de ensino infantil em instituições privadas, em 4 p.p., revertendo o fenômeno de queda que aconteceu entre 2015 e 2021, de 8 p.p.

No RS, embora tenha havido maior participação das instituições privadas ao longo de toda a série, em 2023 o cenário das matrículas em creches aproximou-se do nacional, sendo de 38% no RS e 33% no Brasil.

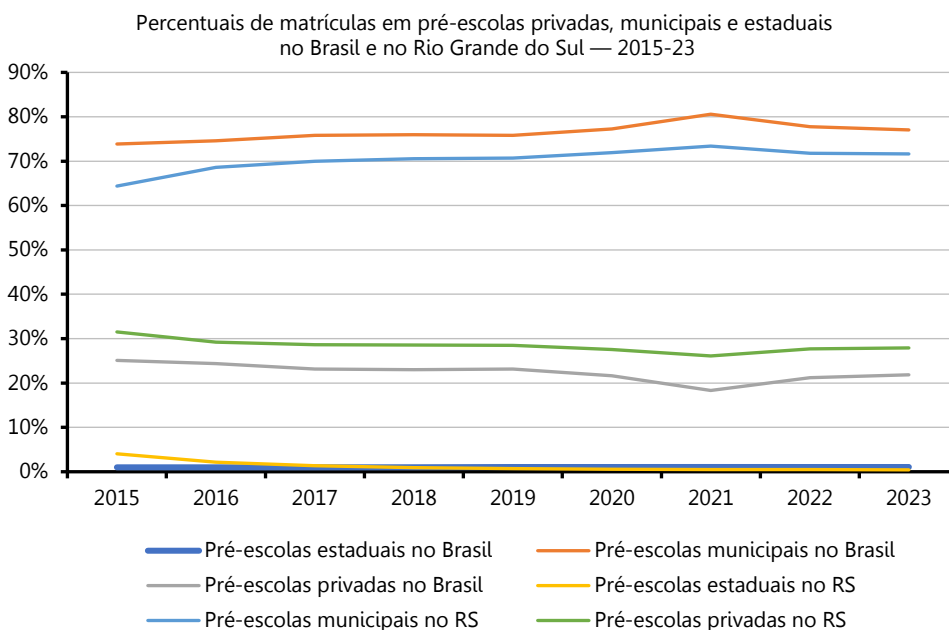


Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

³ Embora tal nível de educação seja atribuição constitucional dos municípios, o Estado do Rio Grande do Sul ainda oferece vagas em creches e pré-escolas. No entanto, esse número tem sido reduzido desde 2015, chegando a 796 e 1.091, respectivamente, em 2023.

O mesmo fenômeno pode ser verificado na distribuição das matrículas de pré-escola, já que o percentual de alunos na rede municipal cresceu de 64% para 72% no período considerado. Mas, do mesmo modo, os últimos dois anos apresentaram o crescimento de 2 p.p. na participação do número de matrículas da rede privada. Novamente, no RS, houve maiores percentuais, ao longo de toda a série histórica, de alunos de pré-escola matriculados na rede privada que no Brasil. No Gráfico 14, é possível notar que, no RS, diminuiu, desde o início da série histórica, a participação das matrículas de pré-escola em instituições estaduais, o que expressa uma queda de 8.431 matrículas em 2015 para 1.091 em 2023. No Brasil, por outro lado, embora não tenha aumentado esse percentual, o número de matrículas na rede estadual aumentou: de 50.507 em 2015 para 56.192 em 2023.

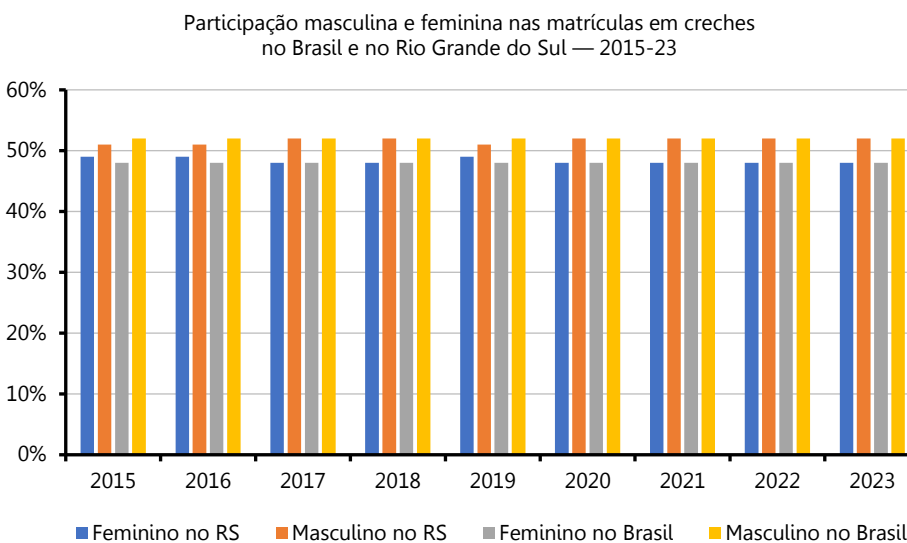
Gráfico 14



Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

A comparação entre os percentuais iniciais e finais da série histórica relativos à participação feminina e masculina nas matrículas na educação infantil mostra que, nas creches e nas pré-escolas do RS e do Brasil, houve uma leve maioria de crianças do sexo masculino.

Gráfico 15

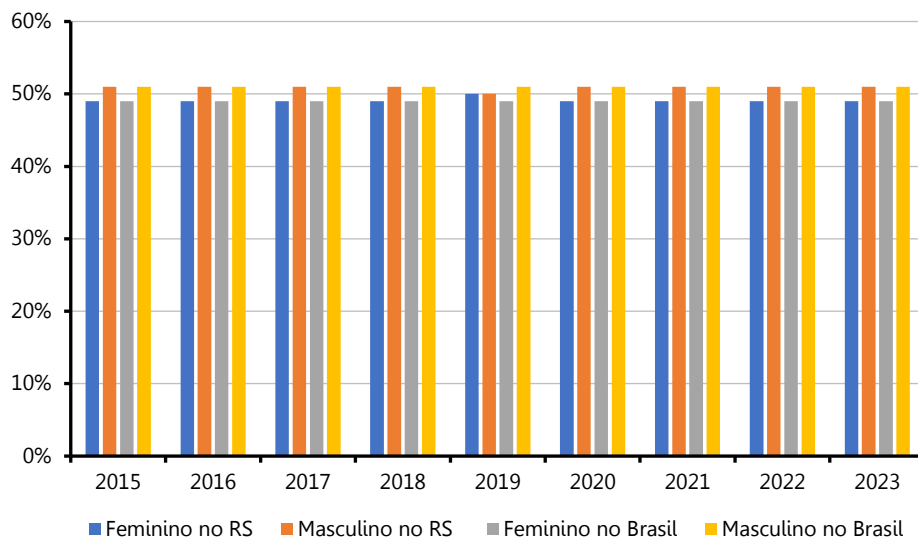


Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

O cenário mostrou-se semelhante com relação às matrículas nas pré-escolas, embora a diferença percentual entre meninos e meninas tenha sido menor.

Gráfico 16

Participação masculina e feminina nas matrículas em pré-escolas no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

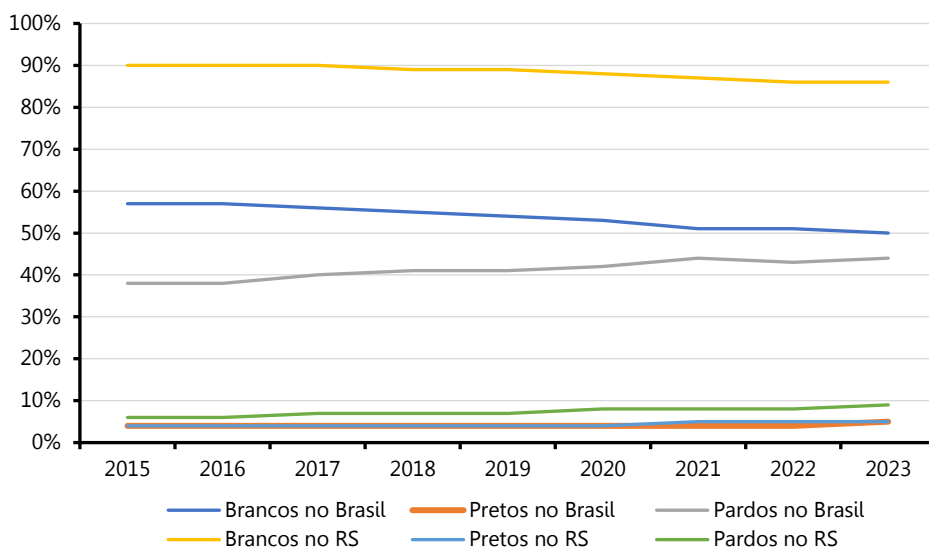


Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

Desde 2015, os percentuais de alunos negros, sobretudo os de pardos, que formam o total de matriculados nas creches e pré-escolas do RS e do Brasil têm aumentado. No entanto, tal fato pode não significar, necessariamente, maior acesso desses grupos ao ensino infantil, mas que talvez haja maior classificação, por parte dos informantes do Censo Escolar, de crianças como pretas e pardas.

Gráfico 17

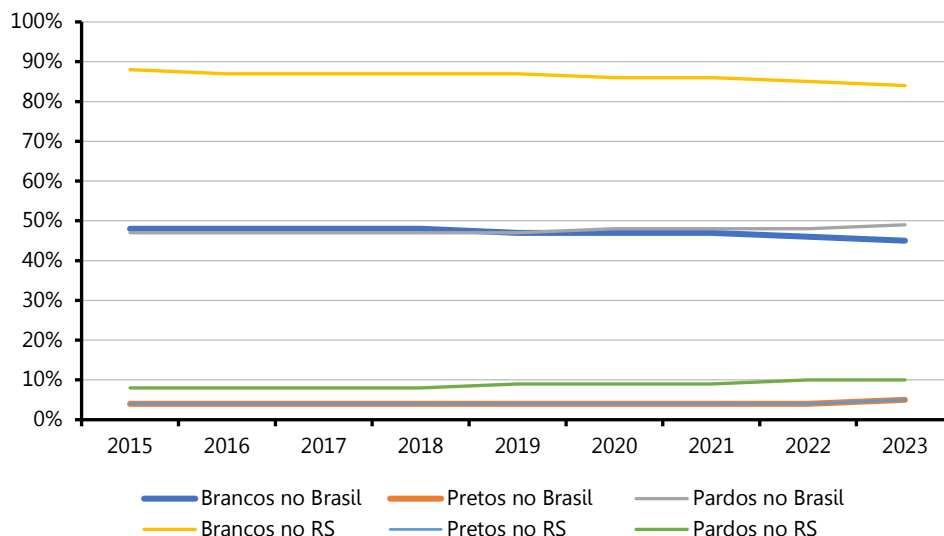
Percentual de matrículas em creches, por raça/cor, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23



Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

Gráfico 18

Percentual de matrículas em pré-escolas, por raça/cor, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

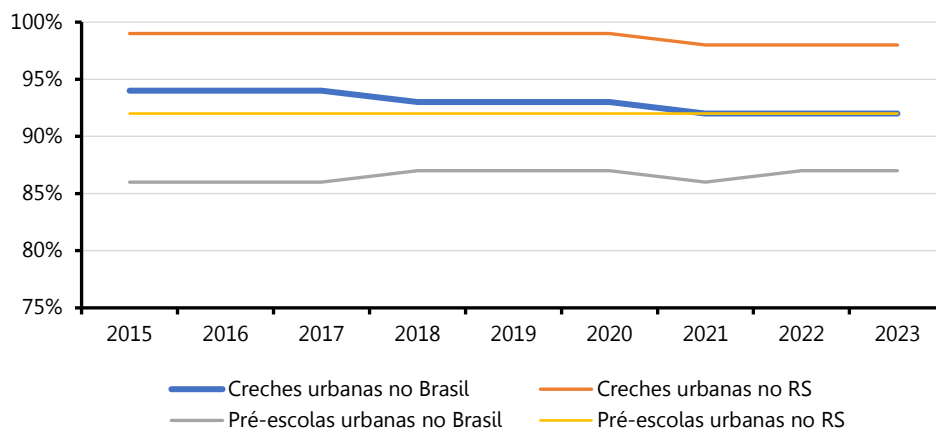


Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

A comparação entre o percentual de matrículas do ensino infantil das escolas das áreas urbanas e rurais revela concentração nas primeiras, com ainda maior intensidade no RS do que no Brasil, nas duas modalidades desse nível escolar.

Gráfico 19

Percentual de matrículas urbanas em creches e pré-escolas no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23



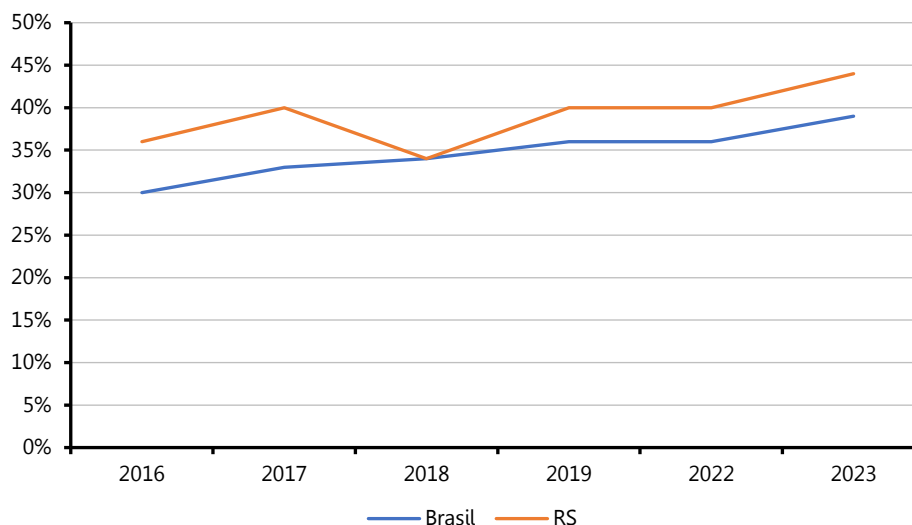
Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

A frequência de crianças de zero a três anos em creches ou pré-escolas⁴ tem aumentado desde 2016. Como mostra o Gráfico 20, o RS apresentou maiores percentuais que o Brasil no período analisado, chegando a 44% em 2023. Embora a frequência às creches não seja obrigatória, é um recurso importante para o desenvolvimento das crianças, pois a frequência à escola desde cedo é um tipo de capital importante para o sucesso escolar, além de proporcionar aos genitores, sobretudo às mães, a possibilidade de ter mais tempo para trabalhar, estudar etc.

⁴ Embora a faixa etária de zero a três anos seja ideal para frequentar creches, os dados da PNAD Contínua mostram casos em que crianças dessa idade já estão na pré-escola. Portanto, optou-se por somar os percentuais de frequência em creches e pré-escolas.

Gráfico 20

Percentual de crianças de zero a três anos matriculadas em creches e pré-escolas no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-23



Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

A Tabela 5 apresenta os percentuais de presença por quartis de renda *per capita* familiar. Como se vê, quanto maior a renda de cada um dos membros da família, maior foi a frequência em creches ou pré-escolas das crianças. Além disso, percebe-se que a comparação dos dados do último ano da PNAD Contínua, 2023, com os dados relativos ao primeiro ano, 2016, houve aumento da frequência em todos os quartis.

Tabela 5

Percentual de crianças de zero a três anos matriculadas em creches e pré-escolas, por quartis de renda *per capita* familiar, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2023

a) Brasil

ANO	a) Brasil (%)			
	Q1	Q2	Q3	Q4
2016	22	31	40	43
2017	24	32	40	53
2018	25	33	44	48
2019	26	35	45	52
2022	28	36	45	52
2023	31	38	48	54

b) Rio Grande do Sul

ANO	b) Rio Grande do Sul (%)			
	Q1	Q2	Q3	Q4
2016	21	43	47	58
2017	24	43	60	58
2018	20	35	50	59
2019	28	40	58	57
2022	30	36	63	54
2023	32	52	52	57

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

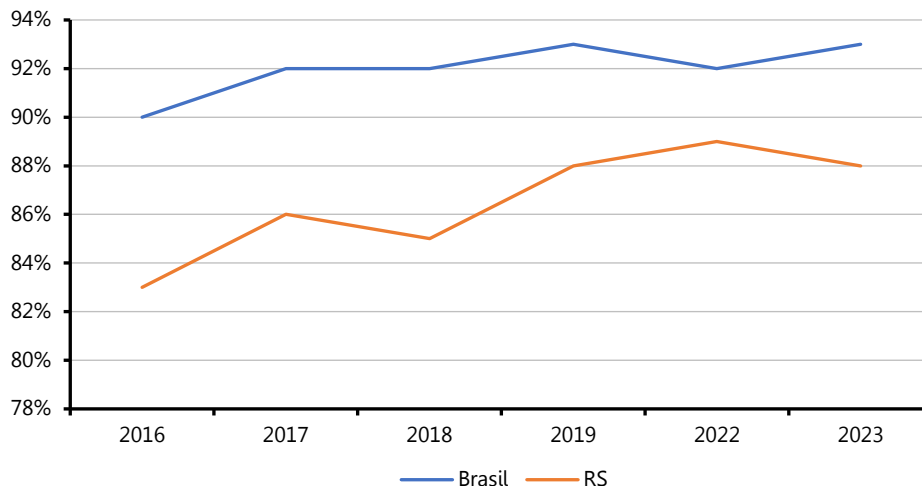
A seguir, apresentam-se os percentuais de crianças de quatro e cinco anos que frequentavam pré-escolas⁵. Tendo em vista que a matrícula nessa idade já é obrigatória, os percentuais foram bem maiores que os das creches.

⁵ Pelo mesmo motivo explicado na nota anterior, aqui são somados os percentuais de frequência no ensino fundamental aos de pré-escola.

No entanto, diferentemente do nível escolar anterior, neste caso o RS apresentou menores percentuais que o Brasil, embora tenha havido aumento ao longo do período considerado.

Gráfico 21

Percentual de crianças de quatro e cinco anos matriculadas em pré-escolas e no ensino fundamental no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-23



Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

A desagregação de tais dados pelos quartis de renda familiar *per capita* mostra que, em todos os grupos, no Brasil e no RS, houve aumento das taxas de escolarização das crianças de quatro e cinco anos. Mas, quando se comparam os quartis no RS, percebe-se que o quartil de renda mais elevado teve crescimento maior que o de menor renda ao longo do período considerado. Em consequência, em 2023, o quartil de renda mais baixo do RS tinha 12 p.p. a menos de taxa de matrícula que o mesmo quartil do Brasil.

Tabela 6

Percentual de crianças de quatro e cinco anos matriculadas em pré-escolas e no ensino fundamental, por quartis de renda *per capita* familiar, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-23

a) Brasil

ANO	Quartis de Renda ($per\ capita$)			
	Q1	Q2	Q3	Q4
2016	87	88	94	95
2017	89	91	95	95
2018	90	91	94	97
2019	91	92	95	97
2022	88	92	95	97
2023	90	94	96	97

b) Rio Grande do Sul

ANO	Quartis de Renda ($per\ capita$)			
	Q1	Q2	Q3	Q4
2016	74	87	93	89
2017	77	91	95	96
2018	78	88	93	95
2019	83	87	96	99
2022	81	92	97	95
2023	78	93	93	98

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

META 4.3 - ATÉ 2030, ASSEGURAR A IGUALDADE DE ACESSO PARA TODOS OS HOMENS E MULHERES À EDUCAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR DE QUALIDADE, A PREÇOS ACESSÍVEIS, INCLUINDO UNIVERSIDADE

Adaptação da meta 4.3 para o Brasil

Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

Para o contexto nacional, o IPEA levou em conta o fato de que, no Brasil, a oferta de educação técnica e superior nas redes públicas é gratuita. E, como as universidades são apenas um dos tipos de instituição que oferecem a educação superior, o termo foi retirado no texto da meta adaptada.

Entre 2015 e 2023, o número de matrículas no ensino profissional e técnico (EPT) no RS cresceu cerca de 20%, um aumento inferior ao registrado no Brasil, que foi de aproximadamente 26% no mesmo período. A Tabela 7 apresenta os dados detalhados das matrículas no EPT, tanto no Brasil quanto no RS, segmentadas por sexo.

Tabela 7

Número de matrículas no ensino profissional e técnico, total e por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

a) Brasil									
SEXO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	1.062.177	1.029.001	1.019.395	1.070.849	1.086.273	1.092.791	1.092.961	1.249.165	1.394.447
Masculino ...	855.015	830.939	811.608	832.381	828.476	843.303	799.497	903.341	1.019.378
TOTAL	1.917.192	1.859.940	1.831.003	1.903.230	1.914.749	1.936.094	1.892.458	2.152.506	2.413.825

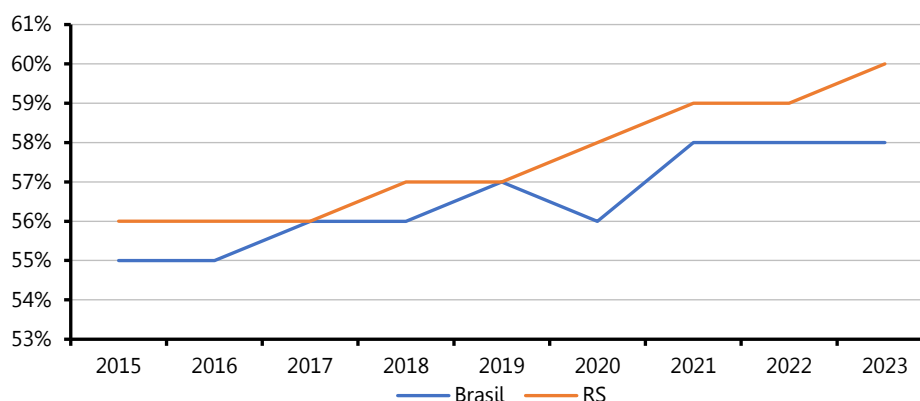
b) Rio Grande do Sul									
SEXO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	74.292	71.116	67.957	71.776	69.761	71.701	76.528	79.533	95.323
Masculino ...	57.889	55.496	52.509	53.064	52.411	52.706	53.623	54.674	63.092
TOTAL	132.181	126.612	120.466	124.840	122.172	124.407	130.151	134.207	158.415

Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

No Brasil, as matrículas femininas cresceram de 1.062.177 em 2015 para 1.394.447 em 2023, enquanto as masculinas passaram de 855.015 para 1.019.378. No Rio Grande do Sul, o aumento de matrículas foi de 74.292 para 95.323 para o sexo feminino e de 57.889 para 63.092 para o masculino, destacando uma maior participação feminina no crescimento total de matrículas tanto no Estado quanto no País. Examinando-se os dados da série histórica em questão, o ensino profissional e técnico tem sido majoritariamente frequentado por alunas, tanto no RS quanto no Brasil, e essa diferença tem aumentado em ambos os recortes geográficos, chegando a 60% e 58% respectivamente.

Gráfico 22

Percentual de matrículas de estudantes do sexo feminino no ensino profissional e técnico, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

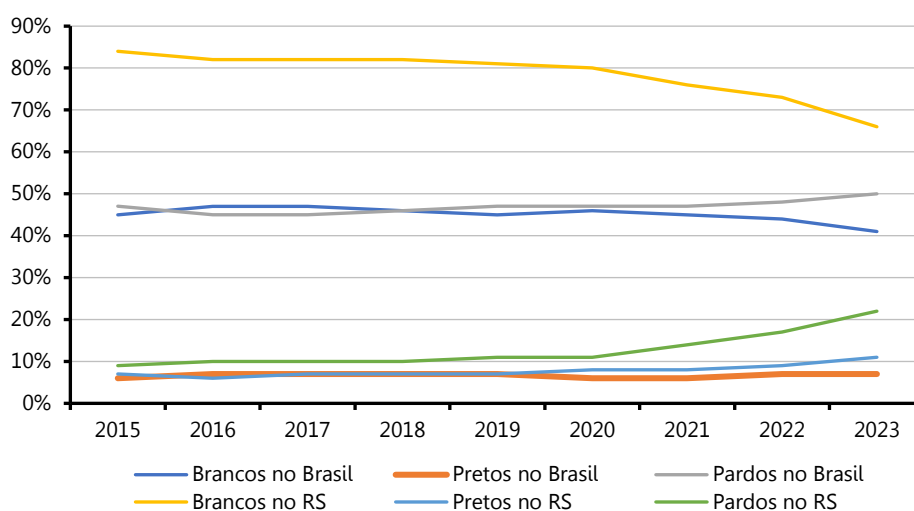


Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

Além da comparação das matrículas por sexo, é possível analisar sua distribuição no ensino profissional e técnico de acordo com a raça/cor dos alunos. A comparação entre os percentuais do início e do fim da série histórica mostra que vem crescendo o número de alunos pretos e pardos tanto no RS como no Brasil⁶. Tal fenômeno é mais acentuado no RS que no Brasil: enquanto, no País, o aumento da participação, ao longo da série histórica considerada, de alunos pretos e pardos foi de apenas 1 p.p. e 3 p.p. respectivamente, no estado gaúcho foi de 4 p.p. e 13 p.p., na mesma ordem.

Gráfico 23

Percentual de matrículas no ensino profissional e técnico, por raça/cor, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23



Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

A evolução do número de matrículas no ensino superior entre 2015 e 2023 mostra um aumento significativo tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul. No Brasil, o total de matrículas no ensino superior passou de 6.633.545 em 2015 para 9.977.217 em 2023, o que representa um aumento de cerca de 50% no período. As matrículas femininas cresceram de 3.687.371 em 2015 para 5.902.295 em 2023, enquanto as masculinas aumentaram de 2.946.174 para 4.074.922. No Rio Grande do Sul, o número total de matrículas subiu de 395.851 em 2015 para 588.214 em 2023, representando um aumento de, aproximadamente, 49%. As matrículas femininas no Estado passaram de 217.424 para 350.683, e as masculinas aumentaram de 178.427 para 237.531 no mesmo período.

Tabela 8

Número de matrículas no ensino superior, total e por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

a) Brasil									
SEXO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	3.687.371	3.641.263	3.618.763	3.551.116	3.430.115	3.149.703	5.249.275	5.565.024	5.902.295
Masculino ...	2.946.174	2.913.020	2.910.918	2.843.128	2.723.445	2.424.848	3.737.845	3.879.092	4.074.922
TOTAL	6.633.545	6.554.283	6.529.681	6.394.244	6.153.560	5.574.551	8.987.120	9.444.116	9.977.217

b) Rio Grande do Sul									
SEXO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	217.424	215.009	209.920	199.712	181.901	166.470	331.601	342.897	350.683
Masculino ...	178.427	176.459	172.636	163.425	149.475	135.138	233.662	232.988	237.531
TOTAL	395.851	391.468	382.556	363.137	331.376	301.608	565.263	575.885	588.214

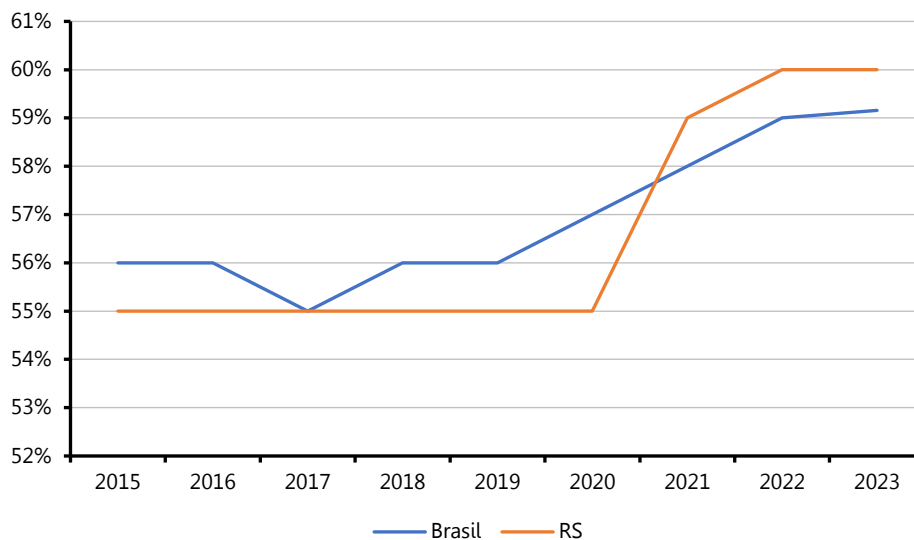
Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

⁶ Da mesma forma como ocorre na educação infantil, o aumento nas matrículas de estudantes autodeclarados como pertencentes a grupos raciais negros no ensino profissional e técnico pode não refletir necessariamente um maior acesso dessas populações a essas modalidades de ensino, mas, sim, uma crescente autoclassificação.

Os dados do ensino superior mostram que, no mesmo sentido, houve crescimento da participação feminina no Brasil e no RS. Se, no Estado gaúcho, em 2015, elas representavam 55% das matrículas do ensino superior, em 2022 esse percentual aumentou para 60%. Para o Brasil, os percentuais são aproximados: 56% em 2015 e 59% em 2022.

Gráfico 24

Percentual de matrículas de estudantes do sexo feminino no ensino superior, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23



Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

META 4.4 - ATÉ 2030, AUMENTAR SUBSTANCIALMENTE O NÚMERO DE JOVENS E ADULTOS QUE TENHAM HABILIDADES RELEVANTES, INCLUSIVE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E PROFISSIONAIS, PARA EMPREGO, TRABALHO DECENTE E EMPREENDEDORISMO

Adaptação da meta 4.4 para o Brasil

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Para fazer a adaptação à realidade brasileira, o IPEA substituiu o termo “habilidades relevantes” por “competências necessárias”. Essa alteração teve duas motivações: primeiro, o conceito de “habilidade” está relacionado a uma ação física ou mental que indica uma capacidade adquirida, enquanto o de “competência” diz respeito a um conjunto de habilidades próprias a uma profissão ou função específica, sendo, assim, o segundo termo mais abrangente que o primeiro; segundo, o termo “relevante” é de mais difícil mensuração do que o termo “necessário”.

Como critério para verificar se jovens e adultos brasileiros estão adquirindo tais competências, o IPEA decidiu utilizar a posse de diploma dos ensinos técnico e profissional e superior, comparando os dados de homens, mulheres e pessoas de diferentes faixas etárias. Os dados utilizados são os da PNAD Contínua em ambos os casos.

Os números gerais mostram que houve crescimento dos percentuais de pessoas maiores de 18 anos com formação técnica e profissional tanto no Brasil (de 3% para 7%) como no Rio Grande do Sul (de 4% para 8%). Confrontando os dados a partir do sexo, no início período considerado os percentuais eram semelhantes. No entanto, ao longo dos anos, as mulheres passaram à frente, embora as diferenças em 2022 tenham sido de apenas 1 p.p. no Brasil e 2 p.p. no RS. A faixa etária com maior percentual de pessoas que têm esse tipo de formação, no Brasil e no RS, é a de 30 a 44 anos.

Tabela 9
Percentual de pessoas que concluíram o ensino profissional e técnico, por sexo e faixa etária, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-2022

a) Brasil					
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2022
Total	3	4	7	7	7
Sexo					
Homens	3	4	7	7	7
Mulheres	3	3	6	8	8
Faixa etária					
De 18 a 24 anos	4	4	6	6	6
De 25 a 29 anos	5	5	8	8	8
De 30 a 44 anos	4	5	8	9	9
De 45 a 64 anos	2	3	7	8	8
b) Rio Grande do Sul					
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2022
Total	4	4	8	9	8
Sexo					
Homens	4	4	8	8	7
Mulheres	4	4	7	9	9
Faixa etária					
De 18 a 24 anos	4	5	5	5	7
De 25 a 29 anos	7	7	10	10	9
De 30 a 44 anos	6	6	10	11	10
De 45 a 64 anos	3	3	7	9	8

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Quando comparados os dados relativos aos homens e às mulheres que já frequentaram o curso superior, quer tenham concluído, quer não, o RS teve percentuais maiores que o Brasil: 14% para homens e 18% para mulheres, enquanto os dados nacionais foram de 12% e 15%, para homens e mulheres, de acordo com a ordem citada.

Quando a população é separada por faixa etária, os maiores percentuais dos que estão frequentando o ensino superior foram os dos jovens que tinham entre 18 e 24 anos tanto para o Brasil (21%) como para o RS (24%). Exceto em uma faixa etária, de 45 a 64 anos, cujos percentuais foram iguais, em todas as outras o RS apresentou maiores percentuais de pessoas que estavam frequentando cursos superiores. Além disso, em nenhuma faixa etária houve alteração significativa ao longo do período considerado.

Tabela 10

Percentual de pessoas, por sexo e faixa etária, que estavam frequentando o ensino superior, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

a) Brasil							
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sexo							
Homens	4	4	4	4	5	5	4
Mulheres	5	5	5	5	6	6	6
Faixa etária							
De 18 a 24 anos	20	19	21	21	22	21	21
De 25 a 29 anos	11	11	12	12	12	12	12
De 30 a 44 anos	5	5	5	5	6	6	6
De 45 a 64 anos	1	1	1	1	1	2	2
b) Rio Grande do Sul							
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sexo							
Homens	5	5	5	5	5	5	5
Mulheres	6	6	6	6	7	6	7
Faixa etária							
De 18 a 24 anos	24	24	26	24	26	23	24
De 25 a 29 anos	14	13	13	16	14	19	16
De 30 a 44 anos	6	6	7	7	8	8	8
De 45 a 64 anos	1	1	1	1	1	2	2

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Os percentuais dos indivíduos que já cursaram o ensino superior, agrupados por faixas etárias, mostram que o maior percentual esteve, para o RS e para o Brasil, entre os que têm entre 30 e 44 anos, tendo 26% no território nacional e 29% no estado gaúcho desses estratos cursado o ensino superior em algum momento da vida. Exceto pela faixa etária de 18 a 24 anos, o RS apresentou maiores percentuais que o Brasil de pessoas que já cursaram o ensino superior. Por fim, ao longo do período considerado, as maiores alterações se deram na faixa etária de 30 a 44 anos, com o crescimento de 6 p.p. no Brasil e 5 p.p. no RS.

Tabela 11

Percentual de pessoas, por sexo e faixa etária, que frequentaram o ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

a) Brasil							
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sexo							
Homens	10	10	11	12	13	13	12
Mulheres	12	12	13	15	15	15	15
Faixa etária							
De 18 a 24 anos	5	6	6	7	7	7	7
De 25 a 29 anos	19	19	20	21	23	22	22
De 30 a 44 anos	20	20	22	23	26	25	26
De 45 a 64 anos	15	16	16	17	19	19	18
b) Rio Grande do Sul							
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sexo							
Homens	11	12	12	13	14	15	14
Mulheres	14	14	15	15	17	18	18
Faixa etária							
De 18 a 24 anos	5	5	6	7	7	7	6
De 25 a 29 anos	20	19	20	21	24	25	23
De 30 a 44 anos	24	24	24	27	29	30	29
De 45 a 64 anos	17	19	18	18	20	20	20

Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

META 4.5 - ATÉ 2030, ELIMINAR AS DISPARIDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO E GARANTIR A IGUALDADE DE ACESSO A TODOS OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS MAIS VULNERÁVEIS, INCLUINDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POVOS INDÍGENAS E AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Adaptação da meta 4.5 para o Brasil

Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

O IPEA fez a alteração da meta da ONU, levando em consideração que, no Brasil, as desigualdades educacionais são mais intensificadas sob o recorte racial do que sob o de gênero. Ademais, decidiu incluir grupos em situação de vulnerabilidade, que, por serem minoritários, acabam sendo invisibilizados nos ciclos de formulação e acompanhamento das políticas públicas.

No entanto, não há indicadores oficiais relacionados a essa meta.

META 4.6 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS JOVENS E UMA SUBSTANCIAL PROPORÇÃO DOS ADULTOS, HOMENS E MULHERES ESTEJAM ALFABETIZADOS E TENHAM ADQUIRIDO O CONHECIMENTO BÁSICO DE MATEMÁTICA

Adaptação da meta 4.6 para o Brasil

Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

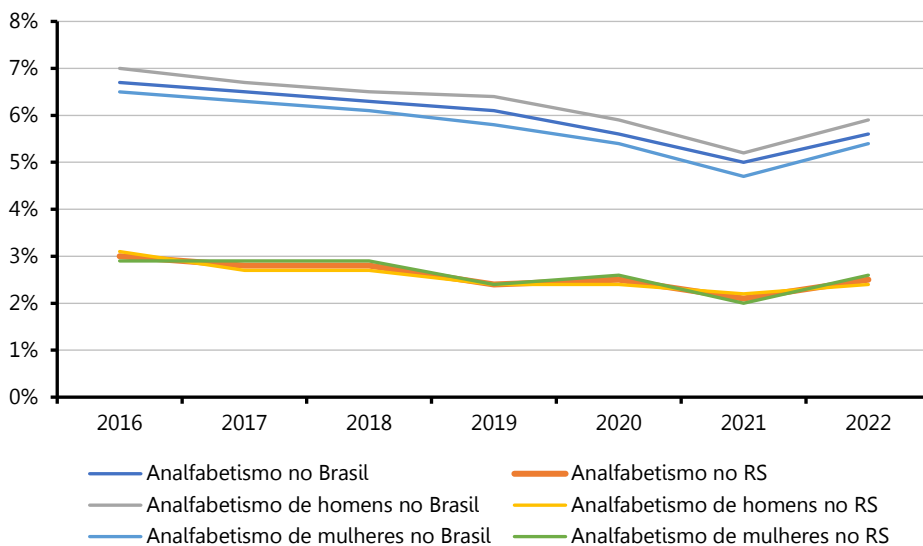
Como uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-24 é a erradicação do analfabetismo na população de 15 anos ou mais, esse é o critério utilizado pelo IPEA para alterar a meta da ONU. Além disso, foram incluídos os conhecimentos em escrita e leitura, que fazem parte do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um dos indicadores da qualidade educacional utilizado pelo Governo brasileiro.

O IPEA fez a divisão dessa meta em outras três: 4.6.1. - Percentual de alfabetização da população de 15 anos ou mais, por sexo; 4.6.2 - Percentual de alfabetização nas faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, por sexo; e 4.6.3 - Percentual dos estudantes do ensino médio com conhecimento básico em matemática, por sexo.

Houve redução nas taxas de analfabetismo, tanto no Brasil como no RS, como mostra o Gráfico 25. A comparação entre as taxas de analfabetismo, levando em conta os indivíduos com 15 anos ou mais, mostra que o estado gaúcho teve menores percentuais tanto no número total quanto nos recortes por sexo. Na comparação entre os sexos, não houve diferenças significativas no nível nacional, assim como no estadual.

Gráfico 25

Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

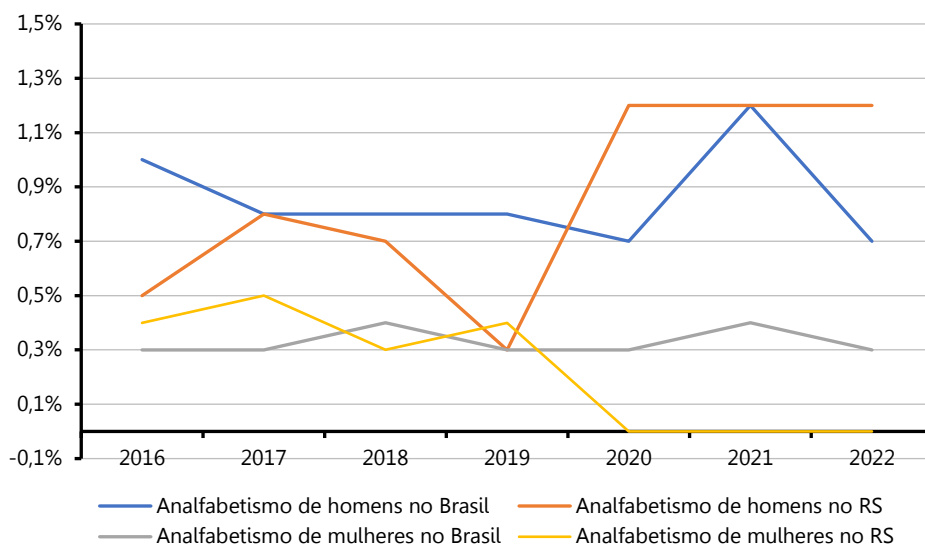


Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Na faixa etária de 15 a 17 anos, percebe-se que as taxas de analfabetismo foram significativamente menores entre as mulheres tanto no Brasil como no RS. Entre os homens, o estado gaúcho teve taxa mais alta em meio ponto percentual de jovens do sexo masculino analfabetos, em comparação com o dado nacional.

Gráfico 26

Taxas de analfabetismo da população de 15 a 17 anos, por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

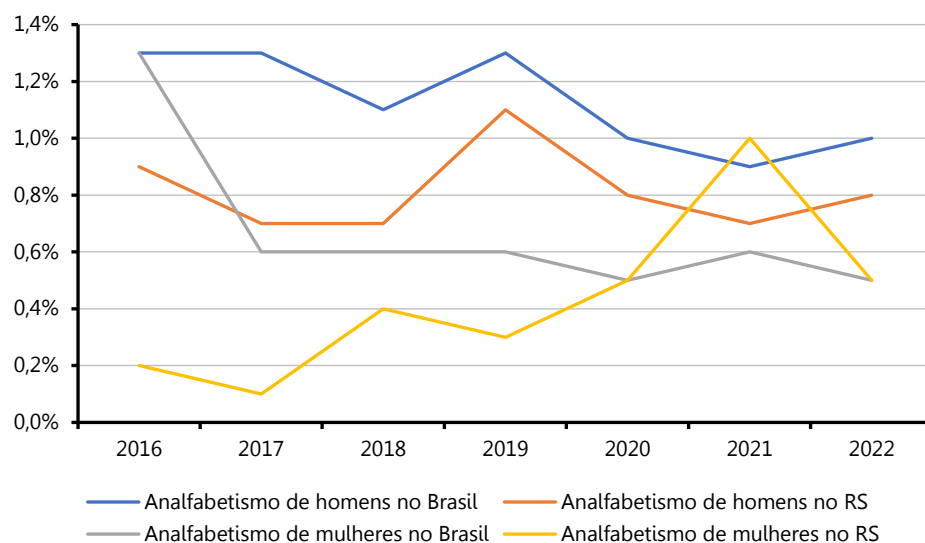


Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Por fim, entre os jovens de 18 a 24 anos, as taxas do Brasil e do RS mostraram-se próximas entre si, e novamente os percentuais de mulheres que não sabem ler nem escrever foram menores que os dos homens.

Gráfico 27

Taxas de analfabetismo da população de 18 a 24 anos, por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2016-22

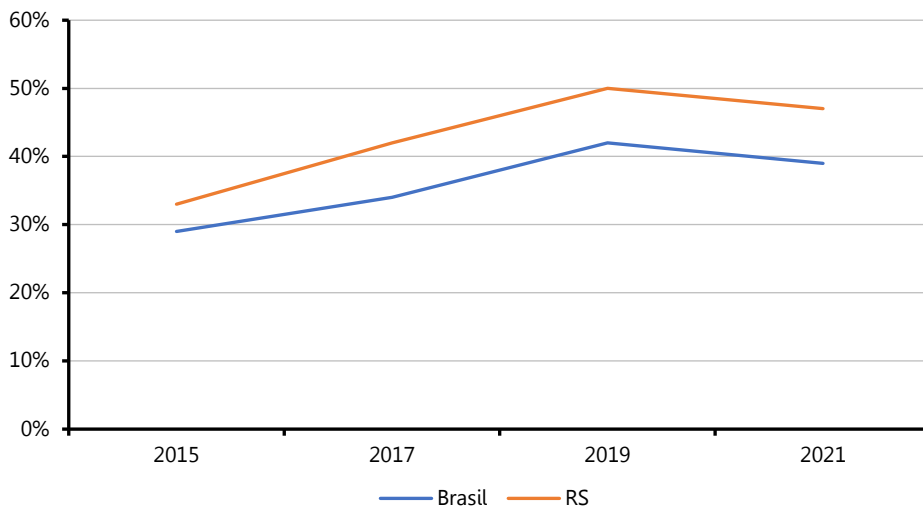


Fonte dos dados brutos: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2024).

Os números relativos aos estudantes do terceiro ano do ensino médio que atingiram conhecimento básico (níveis 4 a 6 da escala de proficiência do SAEB) em matemática mostram que o RS obteve maiores percentuais que o Brasil ao longo das últimas quatro edições do SAEB. O ano de melhor desempenho, tanto no estado gaúcho quanto no nível nacional, foi 2019, com 50% e 42%, respectivamente, dos estudantes com tal escore.

Gráfico 28

Percentuais de alunos do terceiro ano do ensino médio que têm conhecimento básico em matemática, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021

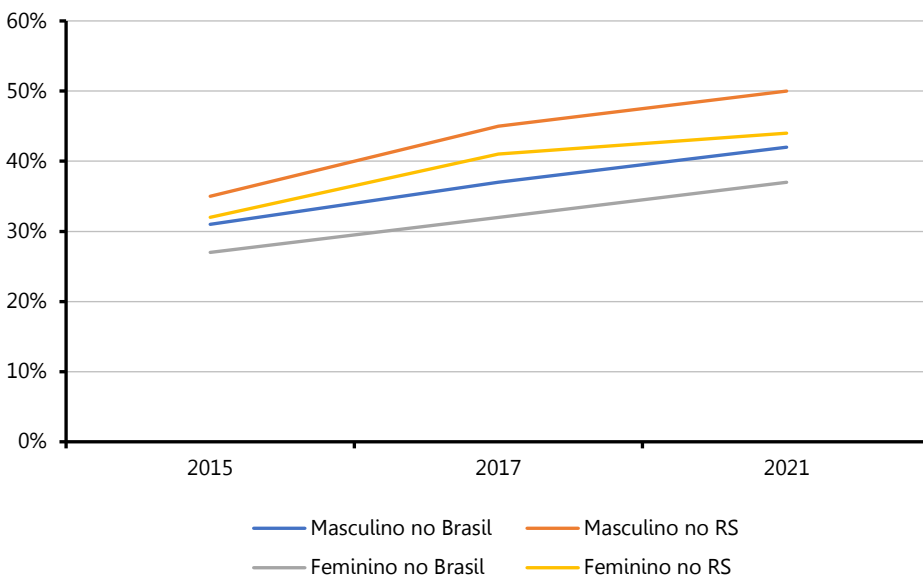


Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

A desagregação dos dados por sexo revela que os indivíduos do sexo masculino alcançaram maiores percentuais com conhecimento básico. O resultado é parecido com o que se deu entre os alunos do nono ano, como descrito na meta 4.1. Ao longo da série histórica, as diferenças entre meninos e meninas mantiveram-se semelhantes, quando comparados os estudantes do Brasil e do RS. Além disso, os percentuais das duas áreas geográficas em questão apresentaram trajetória de crescimento no decorrer do período analisado.

Gráfico 29

Percentuais de alunos do terceiro ano do ensino médio que têm conhecimento básico em matemática, por sexo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (INEP, 2022).

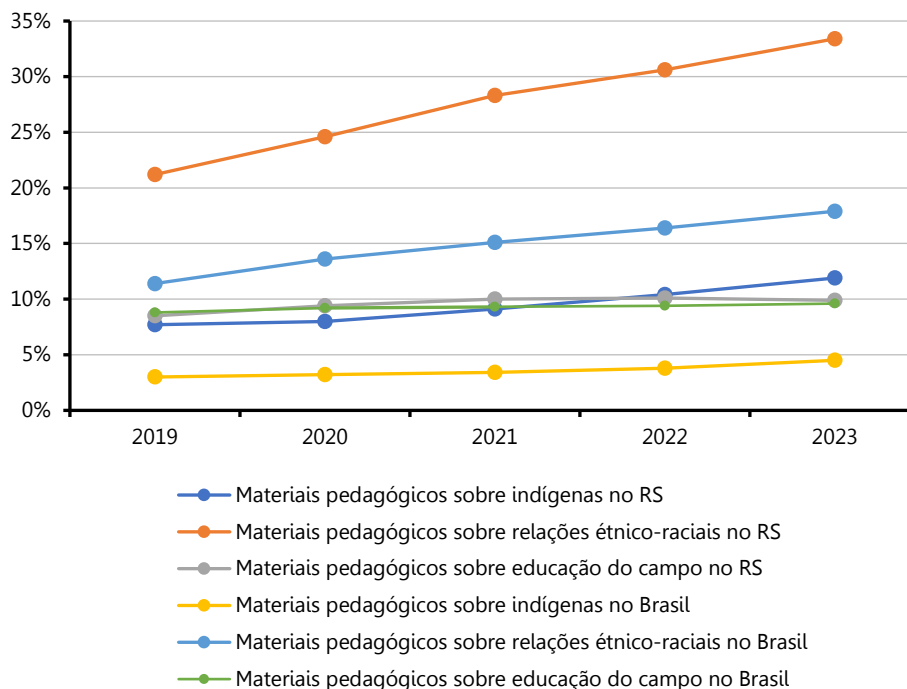
META 4.7 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS ALUNOS ADQUIRAM CONHECIMENTOS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVE, ENTRE OUTROS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA, CIDADANIA GLOBAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O IPEA não fez qualquer alteração para essa meta. Assim, para verificar se os alunos gaúchos têm tido contato com conhecimentos que valorizam a diversidade cultural, pode-se examinar a quantidade de escolas no Rio Grande do Sul que possuem materiais pedagógicos que tratam dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), como povos indígenas, quilombolas e campesinos. No Censo Escolar, desde 2019, há a informação se as escolas possuem tais conteúdos. Desde o início da série histórica, os materiais pedagógicos que tratam das relações étnico-raciais são os que estão mais presentes nas escolas, bem como foram os que mais cresceram, em pontos percentuais, até o ano de 2023, como mostra o Gráfico 30. Ainda assim, eles estão presentes em somente um terço das escolas no RS.

Em comparação com os números do Brasil, o RS apresenta percentuais mais elevados em escolas com materiais pedagógicos que tratam dos indígenas, bem como das relações étnico-raciais.

Gráfico 30

Percentuais de escolas que possuem materiais pedagógicos sobre indígenas, relações étnico-raciais e educação do campo no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2019-23



Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

META 4.A - CONSTRUIR E MELHORAR INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO, APROPRIADAS PARA CRIANÇAS E SENSÍVEIS ÀS DEFICIÊNCIAS E AO GÊNERO, E QUE PROPORCIONEM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SEGUROS E NÃO VIOLENTOS, INCLUSIVOS E EFICAZES PARA TODOS

Adaptação da meta 4.a para o Brasil

Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

A meta foi pormenorizada pelo IPEA para verificar se as escolas oferecem infraestrutura adequada às necessidades dos estudantes, inclusive aqueles com deficiências, em todos os níveis de ensino da educação básica. Tal meta inclui tanto os elementos da infraestrutura física, como fornecimento de água, energia elétrica e espaços adaptados, quanto equipamentos e materiais pedagógicos, como acesso à *internet*, computadores e salas para atendimento especializado.

A Tabela 12 apresenta os percentuais de escolas que não possuem alguns itens de infraestrutura, como água, água potável e eletricidade. O RS apresentou melhora significativa no que se refere às instituições sem água potável, diminuindo seu índice de 23% em 2019 para 3% em 2023. Nos outros dois quesitos, o RS apresentou números muito baixos, que se aproximam de zero, o que significa quase universalidade de água e energia elétrica nas escolas gaúchas.

Tabela 12

Percentual de escolas sem itens de infraestrutura no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Sem água potável									
Brasil	-	-	-	-	6	6	5	4	5
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	23	22	5	2	3
Água inexistente									
Brasil	4	4	3	3	2	2	2	2	2
Rio Grande do Sul ...	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Sem eletricidade									
Brasil	3	3	3	2	2	2	2	2	2
Rio Grande do Sul ...	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

No que se refere aos itens relacionados aos dispositivos utilizados nas atividades pedagógicas, o RS apresentou maiores percentuais de presença desses itens, com exceção para o percentual de escolas que possuem *tablets* que podem ser utilizados pelos alunos, que foi igual à taxa brasileira, 18%. Os dados também revelam que houve melhoria em todos os itens no RS, sendo os maiores aumentos percentuais em escolas com *internet* para fins pedagógicos, 18 p.p.; com *notebooks* para alunos, 16 p.p.; e com salas para atendimento educacional especializado (AEE), 11 p.p.

Tabela 13

Percentual de escolas que possuem equipamentos pedagógicos no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Sala AEE									
Brasil	16	18	19	19	20	20	21	22	24
Rio Grande do Sul	30	32	33	36	37	37	38	39	41
Desktop para alunos									
Brasil	-	-	-	-	42	46	46	47	48
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	56	61	62	61	60
Notebook para alunos									
Brasil	-	-	-	-	24	27	30	36	40
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	34	38	43	54	60
Tablet para alunos									
Brasil	-	-	-	-	10	10	11	14	18
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	11	11	12	15	18
Internet para fins pedagógicos									
Brasil	-	-	-	-	41	47	52	58	64
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	58	61	67	73	76

Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

Os números relativos às condições de adaptabilidade das escolas mostram que, de forma geral, as gaúchas, em comparação às brasileiras, oferecem melhores condições em seus ambientes para os alunos que possuem algum tipo de deficiência. No entanto, em alguns elementos considerados, as instituições escolares do Rio Grande do Sul ainda apresentaram baixos percentuais, o que se verifica, por exemplo, quanto à presença de elevadores, piso tátil, sinais sonoro, tátil e visual.

Tabela 13

Percentual de escolas que possuem equipamentos pedagógicos no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Banheiro adaptado									
Brasil	33	36	39	41	45	47	49	51	53
Rio Grande do Sul ...	46	48	49	46	49	50	54	54	56
Corrimão									
Brasil	-	-	-	-	23	25	28	29	31
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	34	37	42	44	46
Elevador									
Brasil	-	-	-	-	3	4	4	4	5
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	5	5	5	6	6
Piso tátil									
Brasil	-	-	-	-	7	8	9	10	11
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	8	9	10	11	12
Vão livre									
Brasil	-	-	-	-	26	31	34	37	39
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	37	41	47	50	52
Rampas									
Brasil	-	-	-	-	44	48	51	53	55
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	52	55	61	62	64
Sinal sonoro									
Brasil	-	-	-	-	2	2	2	2	3
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	2	2	2	3	3
Sinal tátil									
Brasil	-	-	-	-	3	3	4	4	5
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	3	3	3	4	4
Sinal visual									
Brasil	-	-	-	-	6	7	8	9	9
Rio Grande do Sul ...	-	-	-	-	8	9	11	12	14

Fonte dos dados brutos: Microdados do Censo Escolar (INEP, 2024).

META 4.B - ATÉ 2020, SUBSTANCIALMENTE AMPLIAR GLOBALMENTE O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, EM PARTICULAR OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS, PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO E OS PAÍSES AFRICANOS, PARA O ENSINO SUPERIOR, INCLUINDO PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, TÉCNICOS, DE ENGENHARIA E PROGRAMAS CIENTÍFICOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E OUTROS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Adaptação da meta 4.b para o Brasil

Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenha-

Não há dados relativos à concessão de bolsas, por parte do Governo brasileiro ou do Estado do Rio Grande do Sul, para que alunos oriundos dos países em desenvolvimento possam cursar alguma das formações citadas na meta adaptada para a realidade brasileira.

META 4.c - ATÉ 2030, SUBSTANCIALMENTE AUMENTAR O CONTINGENTE DE PROFESSORES QUALIFICADOS, INCLUSIVE POR MEIO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, ESPECIALMENTE OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

Adaptação da meta 4.c para o Brasil

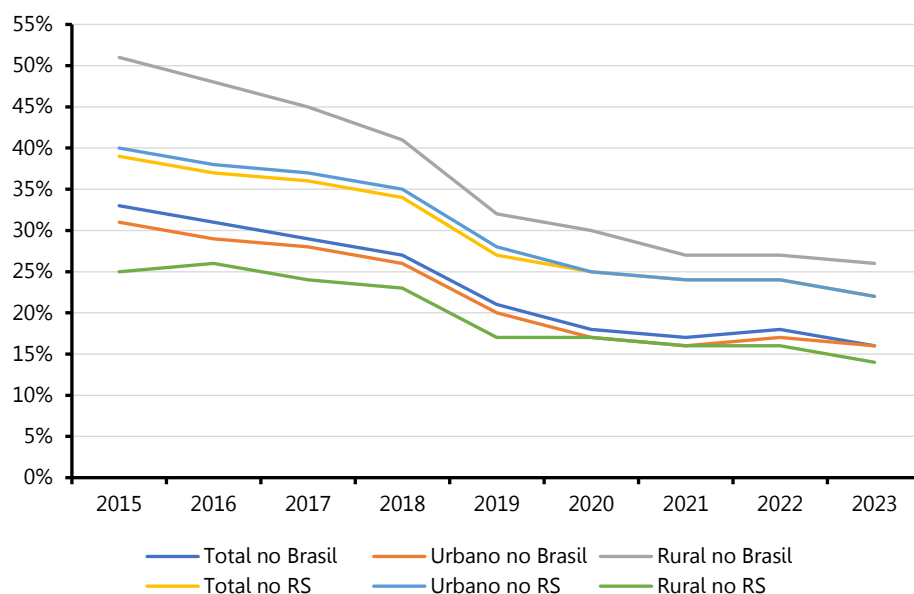
Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

A legislação brasileira estabelece a formação mínima para os professores da educação básica, e, no PNE 2014-24, consta como meta a instauração de um regime de colaboração entre as diferentes esferas de governo, para a oferta de cursos de nível superior para os professores. Desse modo, utiliza-se, aqui, o percentual de professores com diploma de ensino superior como principal fator de qualificação dos professores, em cada um dos níveis de ensino, e também considerando as diferenças entre as áreas urbanas e rurais no Brasil e no RS.

Na educação infantil, estão os menores percentuais de professores com diploma de ensino superior, tendo em vista a não obrigatoriedade dessa formação para trabalhar como docente nesse nível de ensino⁷. Tanto no Brasil como no RS, nesse nível inicial, os percentuais de professores sem diploma de ensino superior diminuíram desde o início da série histórica. Proporcionalmente, o estado gaúcho apresentou, em 2023, mais professores sem essa formação que o total do Brasil. Um aspecto a ser apontado é que as áreas rurais do RS têm uma proporção maior de professores com ensino superior do que as áreas rurais brasileiras, o que também acontece nos demais níveis de ensino.

Gráfico 31

Percentuais de professores do ensino infantil sem curso superior no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23

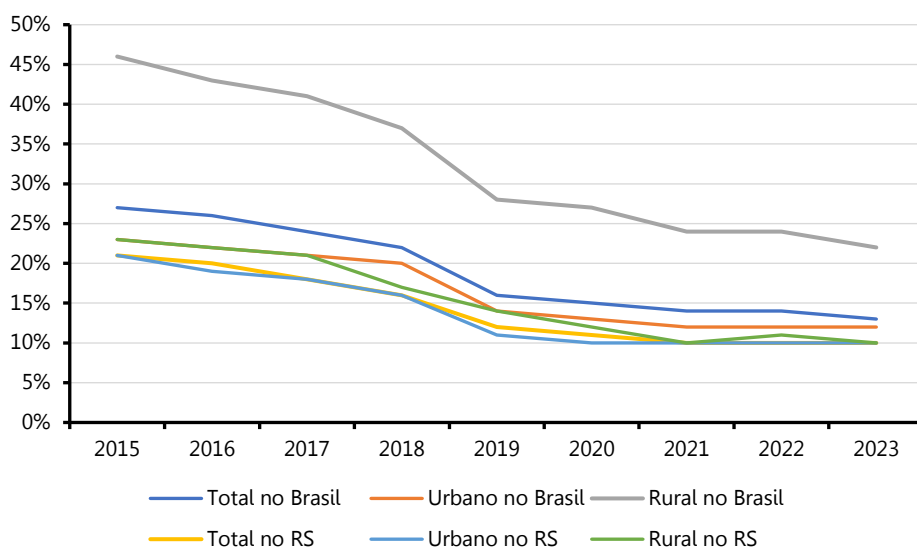


Fonte dos dados brutos: Adequação da Formação Docente (INEP, 2023).

⁷ No Brasil, para ser professor do ensino infantil, bem como dos anos iniciais do ensino fundamental, é necessário ter ensino médio na modalidade normal.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, os percentuais de professores sem formação superior foram quase iguais, ao longo de todo o período em consideração, nas áreas urbanas e rurais do RS, enquanto, no conjunto do País, segue mais elevado nas áreas rurais que nas urbanas. Além disso, mesmo que ainda não seja obrigatório o diploma de ensino superior para ser docente nesse nível de ensino, os percentuais de professores sem curso superior são menores que os relativos aos docentes do ensino infantil, e também houve melhora dos dados desde 2015.

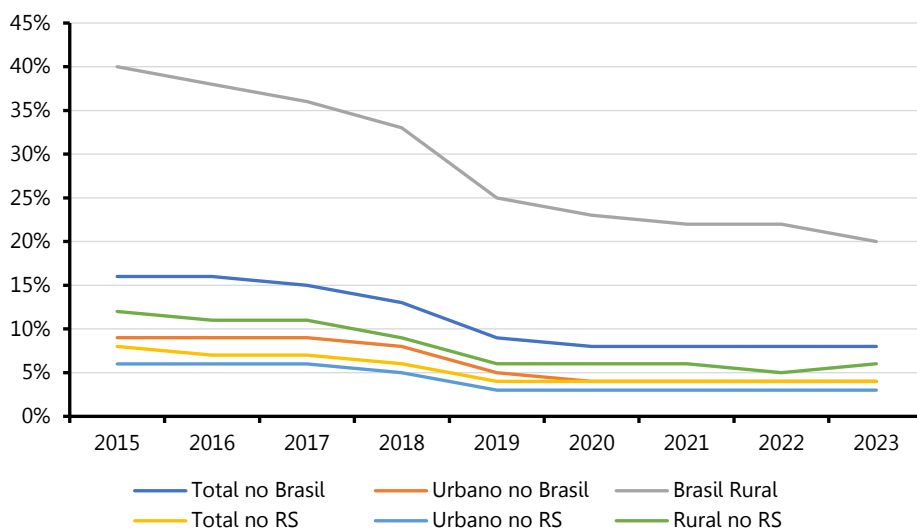
Gráfico 32
 Percentuais de professores dos anos iniciais do ensino fundamental sem curso superior no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23



Fonte dos dados brutos: Adequação da Formação Docente (INEP, 2023).

No que se refere aos docentes dos anos finais do ensino fundamental, os piores dados foram os relativos às áreas rurais no Brasil, embora tenha havido diminuição significativa entre os anos 2015 e 2023, saindo de 40% para 20% de professores sem curso superior. Esse dado torna-se mais grave porque é nesse nível de ensino que se torna obrigatória a formação superior. No RS, nesse nível de ensino, embora os percentuais relativos ao ano de 2015 já fossem acentuadamente mais baixos que os do Brasil, ainda houve diminuição no decorrer do intervalo aqui considerado.

Gráfico 33
 Percentuais de professores dos anos finais do ensino fundamental sem curso superior no Brasil e Rio Grande do Sul — 2015-23

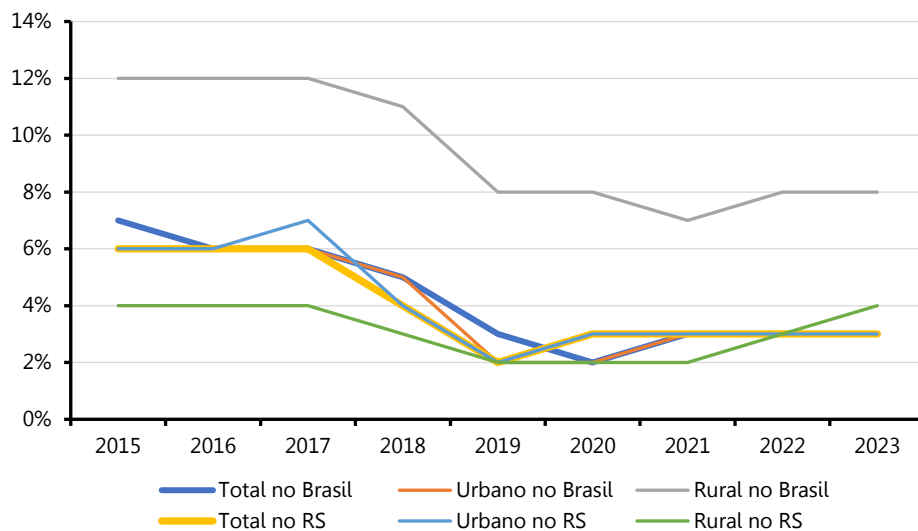


Fonte dos dados brutos: Adequação da Formação Docente (INEP, 2023).

Os percentuais de professores do ensino médio, que não possuem formação superior, foram bem baixos no Brasil e no RS, embora um pouco mais elevados nas áreas rurais brasileiras, como atesta o Gráfico 34.

Gráfico 34

Percentuais de professores do ensino médio sem curso superior no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2015-23



Fonte dos dados brutos: Adequação da Formação Docente (INEP, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora algumas metas do ODS 4 ainda careçam de indicadores adequados para avaliar seu cumprimento no Brasil e em seus estados, mesmo após o processo de adaptação à realidade e à legislação brasileira, como realizado pelo IPEA, elas ainda podem servir como uma ferramenta valiosa para mensurar o desenvolvimento da educação nesses territórios.

Nesse contexto, é fundamental considerar que os números isolados do Rio Grande do Sul podem refletir de maneira imprecisa a implementação das políticas educacionais no território gaúcho, especialmente quando analisados apenas por meio de dados estatísticos. Por essa razão, optou-se por comparar séries históricas de indicadores do próprio Rio Grande do Sul e confrontá-los com os dados nacionais.

De modo geral, os indicadores do Rio Grande do Sul mostraram-se superiores aos do Brasil como um todo. No entanto, tal fato deve ser relativizado, pois, embora sejam mais favoráveis, há casos em que o desempenho educacional no Estado apresenta sinais preocupantes, especialmente no que diz respeito aos resultados dos estudantes gaúchos nas avaliações externas da educação básica, como o SAEB. Conforme evidenciado nas metas 4.1 e 4.6, menos da metade dos alunos do RS alcançaram níveis de conhecimento satisfatórios em matemática e língua portuguesa.

Após as comparações, dois fenômenos chamaram a atenção por estarem presentes nos diferentes indicadores aqui analisados. Primeiro, a constatação de que os diferentes aspectos relacionados à desigualdade escolares, como acesso à educação formal nos diferentes níveis de ensino, a distorção idade-série e o desempenho nas avaliações externas da educação básica, como o SAEB, foram fortemente influenciados por duas variáveis: a renda familiar *per capita* e a raça/cor.

Outro aspecto que desempenhou um papel crucial nos dados educacionais foi a localização da residência dos estudantes, seja em áreas rurais ou urbanas. Como evidenciado em diferentes metas, como as relacionadas à frequência escolar entre jovens de 16 e de 19 anos, ao desempenho em língua portuguesa e matemática nas provas do SAEB e à formação profissional dos docentes, os indicadores das áreas rurais foram menos favoráveis, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul. No entanto, no estado gaúcho, as vantagens dos territórios urbanos mostraram-se menos acentuadas.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Microdados da PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Trimestre. Acesso em: 21 jun. 2024.

INEP. **Adequação da Formação Docente**. [Brasília, DF]: INEP, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/ptbr/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>. Acesso em: 09 mai. 2023.

INEP. **Microdados do Censo Escolar 2023**. [Brasília, DF]: INEP, [2024]. Disponível em <https://www.gov.br/inep/ptbr/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/cento-escolar>. Acesso em: 03 maio 2024.

INEP. **Resultados do SAEB**. [Brasília, DF]: INEP, [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 3 jan. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ricardo; OLIVEIRA, Lívio. **Educação de qualidade e promoção de aprendizagem ao longo da vida: ODS 4 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão/ Departamento de Economia e Estatística, 2023. (Cadernos ODS) Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202310/02131824-caderno-ods-4-educacao-de-qualidade-e-promocao-de-aprendizagem-ao-longo-da-vida-ods-4-no-rio-grande-do-sul-set-2023-1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ONU. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF: ONU, [2015a]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: 4 Educação de Qualidade**. Brasília, DF: ONU, [2015b]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 20 jan. 2023.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

dee.rs.gov.br